

Escola Profissional  
D. Francisco Gomes  
de Avelar  
Santa Casa da  
Misericórdia de Faro



# Projeto Educativo 2022-2025

ESCOLA INCLUSIVA, ESCOLA  
SUSTENTÁVEL!





*“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”*

Paulo Freire

*Documento de referência da ação educativa da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa casa da Misericórdia de Faro concretizado em planos de atividade e planos de ação associados ao processo de alinhamento com o sistema de garantia da Qualidade EQAVET.*



	Página
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	3
<b>2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	4
2.1. Enquadramento Legal	4
2.2. Enquadramento Conceptual	5
2.3. A Construção do Projeto Educativo	6
<b>3. A ESCOLA E O MEIO ENVOLVENTE</b>	8
3.1. Breve caracterização do meio envolvente	8
3.2. Historial da Escola	10
3.3. Estrutura Organizacional e Funcional	11
3.3.1. Organograma	13
3.4. Serviços Especializados e de Apoio Educativo	13
3.5. População Escolar	21
3.6. Recursos Humanos	25
3.7. Infraestruturas afetas ao desenvolvimento do plano de formação	26
<b>4. VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS</b>	26
4.1. Visão	26
4.2. Missão	27
4.3. Princípios	27
<b>5. FORMAÇÃO MINISTRADA</b>	28
5.1. Justificação e Enquadramento da Oferta de EFP	28
5.2. Oferta Educativa e Formativa	32
5.2.1. Formação em Contexto de Trabalho	33
5.2.2. Provas de Aptidão Profissional	34
<b>6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO</b>	34
6.1. Compromissos Estratégicos	35
6.2. Análise Swot	36
6.3. Objetivos Estratégicos	38
<b>7. SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET</b>	39
7.1. Política da Qualidade	39
7.2. Operacionalização do Projeto Educativo em alinhamento com o EQAVET	40
7.3. Identificação das áreas de melhoria	43
7.4. Indicadores de Verificação dos Objetivos e das Metas	44
7.5. Análise Integrada dos Resultados dos Indicadores EQAVET	49
7.5.1. Resultados Obtidos Indicador EQAVET n.º 4	49
7.5.2. Resultados Obtidos Indicador EQAVET n.º 5	55
7.5.3. Resultados Obtidos Indicador EQAVET n.º 6 a)	58
7.5.4. Resultados Obtidos Indicador EQAVET n.º 6 b3)	60
<b>8. STAKEHOLDERS RELEVANTES PARA A ESCOLA</b>	63
8.1. Stakeholders Internos e Externos	63
<b>9. REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS</b>	64
<b>10. PROJETOS PERSPETIVADOS FACE À OFERTA QUALIFICAÇÃO JOVENS</b>	66
<b>11. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO</b>	73
11.1. Estratégia de Monitorização de Processos e Resultados	74
11.2. Metodologia para análise dos Resultados	75
<b>12. DIVULGAÇÃO</b>	76
<b>13. REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	77
<b>14. APROVAÇÃO</b>	78



## 1. INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios que hoje se coloca à Escola é o de ser capaz de afirmar a sua própria identidade, ou seja, reconhecer as suas características próprias e pô-las ao serviço das grandes finalidades educativas e, em particular face ao reconhecimento social e institucional, à elevada reputação e às expectativas que recaem sobre o ensino profissional.



O Projeto Educativo de Escola deve ser entendido como o documento de carácter pedagógico que define a identidade da própria escola, ao materializar e legitimar os princípios, os valores, as metas e a orientação estratégica da sua ação educativa. Revela-se, assim, um elemento fundamental da dinâmica e do desenvolvimento da vida organizativa da escola, incorporando uma dupla dimensão: a de projeto enquanto intenção ou ideia antecipadora da realidade; e a de projeto enquanto concretização ou ação transformadora da realidade.

O mesmo deverá ser entendido como um instrumento dinâmico e flexível, ajustável às constantes mutações que a Escola vive, de forma a dar resposta aos novos desafios que em cada momento se colocam.

Num sistema complexo como é o de uma escola, onde várias realidades sociais, culturais, educacionais e cívicas se cruzam, exige-se que seja feita uma visão integrada e integradora às realidades estruturais e funcionais, materiais e humanas, didáticas e pedagógicas, capaz de conduzir a uma melhoria do serviço prestado pela escola à comunidade que serve.

As metas propostas, no Projeto Educativo da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa Casa da Misericórdia de Faro derivam de princípios e valores educativos partilhados pela comunidade educativa, para um horizonte de três anos e dele decorre o Plano Anual de Atividades.

Neste triénio, “**Escola Inclusiva, escola sustentável**” configura-se como um desafio coletivo de transformação, inclusão, pluralidade e democracia, promotor do desenvolvimento humano, assente na igualdade de oportunidades para todos e favorecedor da aprendizagem ao longo da vida, do Direito à Educação.



É ainda, neste documento que a Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar (EPDFGA) da Santa Casa da Misericórdia de Faro assume o seu compromisso com a garantia da qualidade da alinhada com o Quadro EQAVET. Na assunção da sua estratégia, e após a auscultação dos *Stakeholders*, desenhou o seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) assente em princípios alinhados com o Quadro EQAVET e face aos resultados da avaliação deste processo de alinhamento obteve a atribuição, a três anos, do Selo de Conformidade EQAVET, a 22 de outubro de 2020.

## 2. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

### 2.1. Enquadramento Legal

O Decreto-Lei nº **26/89, de 21 de junho** é um dos principais manifestos à urgência na erupção de escolas profissionais: urgência em modernizar a educação portuguesa, abrindo novas vias, novos modelos educativos e espaço para a criação de instituições; e urgência face desafio de promoção do desenvolvimento económico e social, que coloca a qualificação dos recursos humanos como “um imperativo e investimento inadiável”, num contexto em que, por outro lado, a impregnação das políticas educativas pelas políticas transnacionais, após a integração de Portugal na União Europeia, impõe ritmos para as mudanças com objetivos e metas devidamente traçadas. O desafio lançado para a criação de uma “uma rede de escolas profissionais, de iniciativa eminentemente local”, faz apelo à participação e cooperação da sociedade civil, das várias entidades públicas e privadas e tenta capitalizar estruturas e recursos disponíveis” para “o relançamento do ensino profissional e o reforço das diversas modalidades, como uma espécie de apostolado, visando dar resposta às necessidades de desenvolvimento regional e local. Dezasseis anos após o Decreto-Lei **4/98, de 8 de janeiro**, e dez anos após a absorção dos cursos profissionais pelas escolas secundárias, implementada através do Decreto-Lei nº **74/2004**, o XIX Governo Constitucional assume “uma forte aposta” no que passou a designar “ensino dual, ou seja, a dupla certificação, escolar e profissional, incluindo, a par da formação na escola, a formação prática em contexto de trabalho, o envolvimento das empresas nessa formação prática e no apoio à transição dos jovens para o mercado de trabalho”, como se enuncia no Decreto-Lei **92/2014, de 20 de junho**. Assim as escolas profissionais, a par das escolas do ensino particular e cooperativo e da rede de escolas públicas, “assumem-se como as principais entidades no desenvolvimento de cursos



de ensino e formação dual para os jovens abrangidos pela escolaridade obrigatória”. Este decreto constitui-se como um pilar do regime jurídico das escolas profissionais privadas e estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Em 2018, o novo Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho vem estabelecer o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, a operacionalização e a avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A par disto, o Decreto – lei n.º 54/2018 de 6 de julho estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

## 2.2. Enquadramento Conceptual

Entendemos por Projeto Educativo o instrumento de gestão que orienta a ação educativa explicitando as metas a atingir, com a participação da comunidade educativa e tecido empresarial em que se estabelece a identidade da nossa Escola. É o documento que resume aquilo que a Escola pretende ser e o que irá realizar para o conseguir, no quadro da sua autonomia.

Falar de projeto é, pois, abrir novos horizontes, pensar em mudança, em intervenção, na tentativa de dar um significado e um sentido a esta instituição educativa na perspetiva de poder haver constantemente novos desafios. O Projeto Educativo apresenta-se, assim, como um instrumento autónomo do ponto de vista legal e funcional, já que se procura a classificação organizacional e a planificação estratégica em termos operatórios. Projetam-se neste documento as prioridades educativas, as linhas gerais de atuação, a gestão otimizada dos recursos materiais e humanos, pelo que constitui o ponto de referência com vista à globalização e unidade da ação educativa.

É, desde o início da sua construção, a afirmação da identidade organizacional da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa Casa da Misericórdia de Faro e surge



como um documento de planificação estratégica plurianual, aberto e dinâmico, afirmando os valores, as políticas e os objetivos desta instituição. O termo projeto assume atualmente conotações variadas, pela apropriação que dele fizeram as diversas áreas do conhecimento. No entanto, neste caso específico, interessa fazer o enquadramento conceptual no campo da educação profissional, tendo sempre como base a forte ligação ao meio onde a escola se insere, o que permite responder às necessidades envolventes e às expectativas dos jovens. Pelas suas características, não encontraremos neste documento informações sobre a ação diária da escola, dado que se deve proceder para esse efeito, à consulta dos outros dois documentos da escola: o plano anual de atividades e o regulamento interno. Não estamos, pois, em presença de um instrumento que prevê a resposta direcionada unicamente a nível setorial do sistema organizacional da escola, mas antes de um dispositivo que pretende assumir uma intervenção global a nível dos diversos espaços de funcionamento da instituição escolar.

Projetam-se neste documento as prioridades educativas, as linhas da atuação, a gestão otimizada dos recursos materiais e humanos, pelo que constitui o ponto de referência com vista à globalização e unidade da ação educativa para todos aqueles que escolheram enveredar por uma via profissionalizante. O Projeto Educativo foi desde o início da sua construção/elaboração, fator de mobilização por parte dos todos os elementos da comunidade educativa e do tecido empresarial envolvente, da discussão de opiniões e de um conjunto de intenções que procuram, em última instância, a afirmação da identidade organizacional da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa Casa da Misericórdia de Faro.

### 2.3. A Construção do Projeto Educativo

O Projeto Educativo é um documento estratégico, orientador da ação educativa da escola e, ao mesmo tempo, traduz-se numa forma direta de operacionalização dirigida a todos os membros da comunidade educativa.

Para além disso apresenta-se como um meio de informação e de divulgação da Oferta Formativa e ainda contribui para a empregabilidade dos jovens diplomados.

De acordo com este paradigma foi constituído um grupo de trabalho que levou à concretização deste Projeto Educativo de Escola. Numa **fase preliminar** foi constituída a



equipa, foram garantidos os princípios de coerência entre os diferentes elementos para o percurso metodológico a adotar. O acordo estabeleceu-se em torno dos seguintes desígnios:

- A elaboração do projeto ser participada, no sentido da construção de um projeto que se identifique, com todos os agentes educativos que dele fazem parte;
- O documento reunir os interesses comuns numa intenção-base de responsabilização assumida;
- A elaboração do documento permitir a reflexão, formação e organização de todos os agentes educativos;
- A composição do documento possibilitar a aquisição e o reforço de competências no âmbito do trabalho de grupo;
- O documento ser uma ferramenta estratégica e facilitadora da intervenção na comunidade educativa e na comunidade onde a escola se insere;
- O documento funcionar como padrão para todos os elementos da comunidade educativa;
- O documento transparecer a ação pedagógica da escola;
- O projeto educativo prever a autorregulação, no sentido de permitir uma constante avaliação do processo.

Seguiu-se a **fase de mobilização** dos atores, dando a possibilidade a que toda a comunidade educativa tivesse um papel ativo na construção deste Projeto, promovendo o aparecimento da **fase de participação** de todos os agentes educativos.

Procedeu-se à elaboração do **diagnóstico estratégico** acerca do modo de funcionamento da escola, com base na recolha de informação, junto de todos os agentes educativos, com o objetivo de se implementarem estruturas de autoavaliação de controlo e de melhoria contínua.

Com a **fase de validação** pretendeu-se avaliar e aferir o grau de eficiência dos objetivos e das metas traçados para a escola bem como identificar lacunas e propor as necessárias correções e aperfeiçoamentos.

Na **fase de aprovação** o documento escrito foi posto à discussão e aprovação pelos órgãos competentes da escola.



Para a **fase de difusão** do Projeto Educativo foram identificados os meios a utilizar e que se encontram à disposição da escola e da sua entidade proprietária. Os mesmos se encontram descritos no ponto respeitante à disseminação do projeto.

### 3. A ESCOLA E O MEIO ENVOLVENTE

#### 3.1. Breve caracterização do meio envolvente

A Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar localiza-se em Faro, capital de distrito e de concelho. O concelho de Faro situa-se na zona do sotavento, a Sul da Região do Algarve (NUTS II Algarve), que se encontra contornada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O concelho de Faro tem contiguidade a Norte com o concelho de S. Brás de Alportel, a Oeste com o de Loulé, a Este com o de Olhão e a Sul com a Ria Formosa. É atravessado por um troço da Via do Infante (A22) e pela Estrada Nacional 125, que constituem as principais vias inter-regionais estruturantes da região.



Figura 1- Localização da Escola



Figura 2- Mapa da divisão administrativa da Região do Algarve, com destaque do concelho de Faro

Fonte: Divisão de SIG, CM Faro, 2007, in “Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Faro, 2008”, adaptado à nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12.

O concelho de Faro tem uma área de 202,57 km<sup>2</sup>, conforme decorre da nova delimitação administrativa entre Loulé e Faro fixada pela Lei 61/2012, de 05/12, representa aproximadamente 4% da área total da região do Algarve e tem uma população residente de 64.560 habitantes, o que representa 14,1% da população residente no Algarve. O concelho, de acordo com a Reorganização Administrativa introduzida pela Lei 11-A/2013, 28 de janeiro,



agrega 4 freguesias: União das freguesias de Faro - Sé e S. Pedro, e Montenegro que são consideradas áreas predominantemente urbanas; União das freguesias da Conceição e Estoi) e Santa Bárbara de Nexe que são consideradas áreas predominantemente rurais.

De acordo com os Censos de 2011 – resultados definitivos, o concelho de Faro apresenta uma densidade populacional de 318,74 hab./Km<sup>2</sup>, tendo, à data do levantamento censitário, uma população residente de 64.650 habitantes que apresentava a seguinte distribuição por freguesia: 44.119 habitantes na União das freguesias de Faro (Sé e S. Pedro); 8.149 habitantes na freguesia de Montenegro; 4.116 habitantes na freguesia de Santa Bárbara de Nexe e 8.176 habitantes na União das freguesias da Conceição e Estoi.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, o concelho de Faro apresenta uma população presente de 63.467 habitantes, inferior à população residente naquele momento censitário (64.650 hab.).

Em termos de estrutura etária e no que respeita aos três grandes grupos etários da população - Crianças e Jovens (até aos 14 anos), População Ativa (15-64 anos) e População Idosa (com idade superior a 65 anos), verificam-se algumas diferenças na sua distribuição ao longo do território. As freguesias que apresentam maior percentagem de população jovem são as freguesias urbanas, da faixa sul e litoral do concelho, e a União das freguesias de Conceição e Estoi (com 14,3% de pop. Jovem).

Em 2020, o número de jovens (com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos) era de 9.508 indivíduos (15,6% do total da população residente), o grupo dos 15 aos 64 anos contava com 37.863 indivíduos (com um peso de 62,0%) e o número de idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) atingia os 13.668 indivíduos (22,4%). Esta distribuição etária concorre para um índice de envelhecimento elevado, já que se verificam 143,8 pessoas idosas por cada 100 jovens.

Como sede de distrito, a cidade concentra os serviços públicos regionais, estando dotada dos principais equipamentos da região, nomeadamente ao nível da saúde, educação, cultura, segurança social e justiça. O interior do concelho é servido por uma rede de transportes urbanos que, através dos circuitos de *minibus* ou através de carreiras urbanas, o ligam a todo o Algarve.

A maior parte da população ativa desenvolve atividades no setor terciário, designadamente no comércio, serviços e administração pública. A atividade industrial, construção e atividade piscatória têm ainda alguma expressão.



Nas freguesias rurais, a agricultura é uma das atividades económicas predominantes, a par de outras decorrentes do crescente desenvolvimento dos serviços, comércio, construção civil e atividades ligadas ao turismo. Nas duas últimas décadas, essas freguesias, têm-se tornado zonas dormitório para muitos residentes que trabalham no comércio e serviços instalados nas zonas litorais do concelho de Faro e limítrofes. De igual forma, são muitos os cidadãos de nacionalidade estrangeira que procuram estas freguesias para segunda habitação ou mesmo para se radicarem, tornando-se assim parte integrante do tecido social local.

### 3.2. Historial da Escola

Criada em 1990, a Escola Profissional da Santa Casa de Faro, hoje denominada Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa da Misericórdia de Faro (EPDFGA) é uma instituição localizada na Cidade de Faro, de natureza privada, que prossegue fins de



interesse público e goza de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, cultural, científica e tecnológica, encontrando-se sob a tutela pedagógica do Ministério da Educação e a funcionar com Autorização Prévia de Funcionamento (APF n.º 31). A origem da sua criação esteve subjacente a um contexto paradigmático favorável e potenciador do aparecimento de novos dispositivos de formação e de introdução de alterações radicais ou pelo menos significativas, nos sistemas existentes.

Este contexto favorável correspondia a um conjunto de tendências e de dinâmicas sociais de transformação e de modernização do tecido social a que se assistia em Portugal, na Europa Comunitária, bem como em muitos dos países da OCDE.

A Santa Casa da Misericórdia de Faro (SCMF) criou a Escola Profissional porque se fazia sentir a necessidade de quadros técnicos intermédios, devidamente qualificados, para otimizar o atendimento a crianças e a idosos.

Esta iniciativa foi inovadora, pois a Escola Profissional da Santa Casa foi o primeiro estabelecimento de ensino a proporcionar formação a auxiliares nas áreas da Infância e da Geriatria, com a abertura dos cursos de Animador Social/Assistente de Geriatria e de Técnico



Auxiliar de Infância. É também nesta medida que a Escola desenvolve um processo social que não se esgota na formação qualificada de cada um dos jovens, seus alunos, mas antes, integra uma ambição de decidida participação no desenvolvimento social da comunidade em que se insere.

A Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar - SCMF foi projetada com a finalidade de que as suas ações contribuíssem para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em ordem aos princípios cristãos que a orientam. A solidariedade social, a integração social dos indivíduos, o bem-estar socioeconómico só serão possíveis se todos nos empenharmos em combater a iliteracia, a desqualificação tecnológica e a exclusão social. Uma sociedade desenvolvida caracteriza-se por um acesso generalizado dos cidadãos aos bens culturais, ao emprego e, conseqüentemente, à plena satisfação das suas necessidades biopsicossociais. Por isso, Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar tem, desde sempre, investido na qualificação dos recursos humanos, numa perspetiva construtivista e humanista. Construtivista, ao nível da promoção das competências cognitivas, técnicas e estratégicas, com vista a autoformação e à autorregulação enquanto cidadão e enquanto profissional. Humanista, porque sempre apostou em estar atenta às limitações dos indivíduos, procurando encontrar as metodologias e os meios que melhor se ajustem às suas capacidades e necessidades.

### **3.3. Estrutura Organizacional e Funcional**

A Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar é instituída pela Santa Casa da Misericórdia de Faro, que se assume como entidade proprietária, ao abrigo do atual Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho que revogou o Decreto – Lei n.º. 4/98 de 8 de janeiro.

A composição e atribuição dos órgãos respeita os Estatutos da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar – Santa Casa da Misericórdia de Faro.

A Escola gere os meios patrimoniais que lhe sejam afetos de acordo com os instrumentos previsionais aprovados pela Mesa Administrativa da SCMF.

De acordo com os seus Estatutos e para assegurar a prossecução dos fins a que se destina a Escola dispõe dos seguintes órgãos:

- a) Diretor da Escola;
- b) Conselho de Direção;



- c) Conselho Pedagógico;
  - d) Conselho Administrativo;
  - e) Conselho Consultivo.
- O Diretor é nomeado pela Mesa Administrativa da SCMF;
  - O Conselho de Direção é o órgão que superiormente dirige a Escola e é constituído pelos seguintes membros:
    - a) Diretor da Escola, que preside;
    - b) Presidente do Conselho Pedagógico.
  - O Conselho de Pedagógico é o Órgão da Escola que dinamiza, controla e avalia a atividade pedagógica e é constituído pelos seguintes membros:
    - a) Presidente do Conselho Pedagógico;
    - b) Coordenador (es) do(s) curso(s);
    - c) Orientadores Educativos de Turma;
    - d) Coordenadores de FCT.
  - O Conselho Administrativo é o Órgão de gestão administrativa, financeira e patrimonial e é constituído pelos seguintes membros:
    - a) Diretor da Escola, que preside;
    - b) Chefe dos Serviços Administrativos.
  - O Conselho Consultivo é o Órgão da Escola que emite parecer sobre o Projeto Educativo da Escola e sobre os Cursos Profissionais e outras atividades de formação e é constituído pelos seguintes membros:
    - a) Diretor da Escola, que preside;
    - b) Presidente do Conselho Pedagógico;
    - c) Um Representante dos Professores;
    - d) Um Representante dos Alunos;
    - e) Um Representante dos Pais e Encarregados de Educação;
    - f) Um Representante dos Funcionários;
    - g) Um representante da Câmara Municipal de Faro;
    - h) Representantes de Instituições locais, representativas do tecido social e económico, convidados expressamente pelo Diretor da Escola;
    - i) Personalidades de reconhecido mérito das áreas técnico-científicas de Formação.
    - j) Um representante do Centro de Emprego, da área em que a escola se insere.



### 3.3.1. Organograma

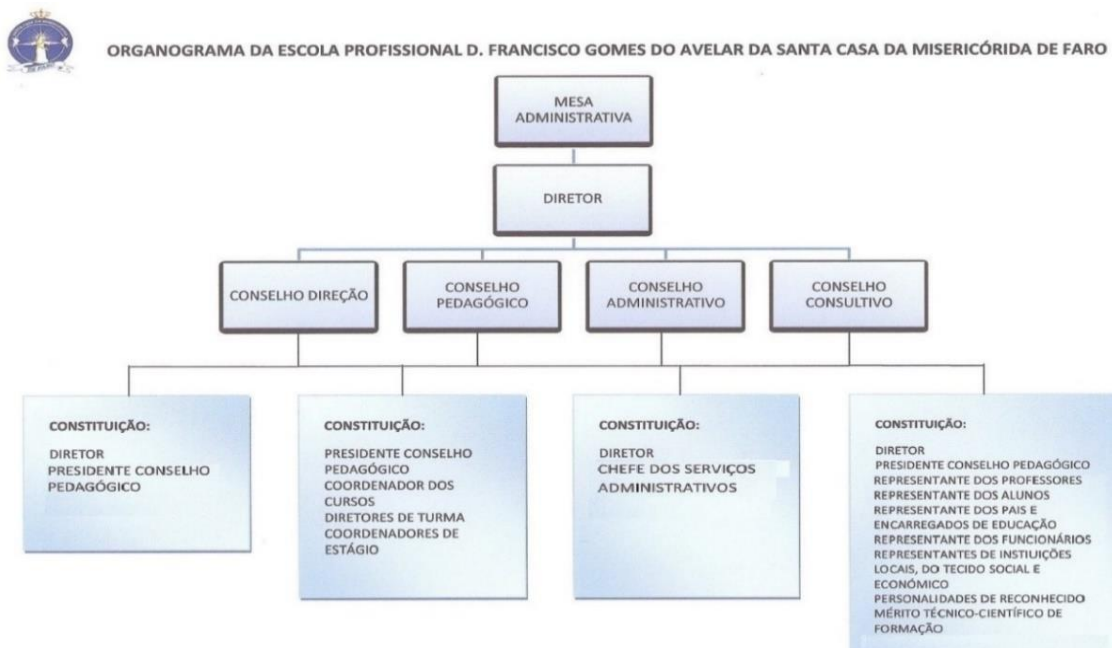


Fig. 3 – Organograma EPDFGA

### 3.4. Serviços Especializados e de Apoio Educativo

Para além das estruturas de gestão e administração, a Escola dispõe de Serviços Especializados e de Apoio Educativo que, articuladamente, têm como objetivo comum a inclusão, o sucesso educativo e a promoção do potencial de funcionamento dos alunos no que respeita às esferas socio afetiva e cognitiva.

- **Serviços de Apoio à Comunidade Escolar – Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) “Espaço dos Afetos”**

O GAA “Espaço dos Afetos” destina-se a promover atividades em torno de três grandes áreas da intervenção psicológica dentro das quais se situam as problemáticas mais frequentes dos estudantes do ensino secundário: pessoal e social, académica e vocacional.



Este Gabinete tem por desígnio possibilitar a abordagem de assuntos que preocupam os alunos, nomeadamente, problemas decorrentes das relações com a família, os amigos, os



professores, dúvidas sobre sexualidade, drogas, relações afetivas, conflitos com os pais, projetos de vida, orientação escolar, entre outros.

Também compete ao GAA, organizar um conjunto de respostas educativas diversificadas e diferenciadas dirigidas, a todos e a qualquer aluno que necessite de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

Como escola inclusiva, o Gabinete de Apoio ao Aluno agiliza a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas dos alunos com limitações significativas, ao nível das atividades e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente e proporciona aos alunos a oportunidade do diálogo com profissionais que assegurarão abertura, disponibilidade, confiança e total confidencialidade. Quando as questões colocadas ultrapassam a competência do psicólogo do gabinete, os alunos são encaminhados para outras estruturas, nomeadamente para o ensino especial, para que sejam apoiados de forma mais apropriada.

O GAA tem como objetivos:

- ✓ Propiciar o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos;
- ✓ Promover um bom clima de Escola;
- ✓ Estabelecer uma relação de proximidade entre ao aluno e a família;
- ✓ Promover a mediação de conflitos entre alunos, entre alunos e professores e entre alunos e funcionários;
- ✓ Desenvolver atitudes responsáveis;
- ✓ Prevenir situações de risco;
- ✓ Prevenir o absentismo e o abandono escolar;
- ✓ Promover a prevenção de comportamentos de risco;
- ✓ Promover o sucesso escolar dos alunos;
- ✓ Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- ✓ Garantir condições de aprendizagem através de estratégias diversificadas dando resposta às suas necessidades, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades e a sua inclusão;





- ✓ Promover a participação ativa dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos alunos;
  - ✓ Promover relações de cooperação/articulação entre os vários intervenientes da comunidade educativa;
  - ✓ Apoiar a comunidade docente e não docente em assuntos relacionados com o aluno;
  - ✓ Articular com os vários profissionais e serviços especializados da comunidade.
- **Serviços de Apoio à Comunidade Escolar - Estrutura de Orientação Educativa e de Apoio às Aprendizagens e à Inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho) - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)**

Integram a Estrutura de Orientação Educativa e de Apoio às Aprendizagens e à Inclusão, uma equipa multidisciplinar de profissionais da escola. Esta equipa é composta por elementos permanentes conhecedores da organização da escola e das particularidades que caracterizam a sua unidade orgânica e elementos variáveis (identificados pela coordenadora da equipa em função de cada caso) – docentes titulares da turma do aluno/orientadores educativos de turma, outros docentes do aluno ou técnicos que de alguma forma intervenham no processo educativo.

São eles:

- Elementos permanentes da EMAEI:
  - a) Os Coordenadores de Curso dos Cursos Profissionais e do Curso de Educação e Formação;
  - b) Os Orientadores Educativos de Turma;
  - c) Um Psicólogo
  - d) Uma Professora de Ensino Especial
  - e) A Presidente do Conselho Pedagógico – Coordenadora da Equipa
- Elementos variáveis da EMAEI:
  - a) Outros docentes do aluno;
  - b) Outros Técnicos que intervêm com o aluno.

A EMAEI pode solicitar a colaboração da equipa de saúde escolar dos ACES/ULS, sempre que necessário, com o objetivo de construir uma abordagem participada, integrada e eficaz.





Esta equipa multidisciplinar desenvolve um conjunto de ações de apoio à operacionalização da educação inclusiva: por um lado, propõe o apoio à sua implementação e respetivo acompanhamento e monitorização da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem; por outro lado, cabe-lhe o aconselhamento dos docentes quanto à implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do centro de apoio à aprendizagem e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas.

São Competências da EMAEI:

- ✓ Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- ✓ Propor medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a mobilizar;
- ✓ Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- ✓ Prestar aconselhamento aos docentes na implementação das práticas pedagógicas inclusivas;
- ✓ Elaborar o relatório técnico-pedagógico, se aplicável, o programa educativo individual e o plano de transição, quando aplicável;
- ✓ Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

As medidas propostas estão enquadradas, segundo o Decreto-Lei n.º 54/2018, numa abordagem multinível consubstanciada em medidas Universais, Seletivas e Adicionais. A determinação destas medidas segue procedimentos específicos de tomada de decisão, baseada nos dados ou evidências, com enfoque em dimensões pedagógicas e curriculares, e numa lógica de corresponsabilização dos diferentes intervenientes.

As medidas universais correspondem às respostas que a escola mobiliza para todos os alunos de forma a promover a participação e a melhoria das aprendizagens.

A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração de relatório técnico-pedagógico, pela equipa multidisciplinar; A mobilização das medidas adicionais só deve ser efetuada depois da demonstração, fundamentada no relatório técnico-pedagógico, da insuficiência das medidas universais e seletivas; Os responsáveis pela implementação das medidas



adicionais monitorizam e são responsáveis pela avaliação e eficácia das mesmas e sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, deve ser elaborado um Programa Educativo Individual.

Pretende-se garantir a inclusão enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos, o que exige uma intervenção atempada e orientada para o aumento da participação na aprendizagem, na cultura escolar e na comunidade educativa.

Isto implica uma avaliação em que todos os intervenientes cooperem e partilhem saberes e informações significativas, dando suporte à tomada de decisões.

Nesse sentido, a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão deve ser, sempre, informada em evidências.

- **Serviços de Apoio à Comunidade Escolar – Serviço de Ensino Especial**

Enquanto recursos humanos especializados, os docentes de ensino especial procuram responder a um conjunto de solicitações visando o desenvolvimento pessoal e social e o sucesso educativo, através da operacionalização e medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, promotoras de desenvolvimento e aprendizagem das crianças e dos jovens, de todos os níveis de ensino.

O Serviço de Ensino Especial, assegurado por um docente especializado na área, inscreve-se no paradigma da educação inclusiva, constituindo-se como um mecanismo da escola para responder à diversidade de necessidades educativas especiais de alunos com limitações ao nível da atividade e da participação. Um dos principais objetivos deste Serviço é o de promover e assegurar respostas educativas adequadas às necessidades específicas destes alunos, num quadro de igualdade de oportunidades a nível do acesso e do sucesso escolar.

- **Estrutura de Apoio à implementação do Domínio da Cidadania e Desenvolvimento**

O Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências



previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e prevê no seu artigo 15º: Cidadania e Desenvolvimento; Ponto 4, que seja a escola a decidir a forma como deverá implementar a componente de CD no ensino secundário, podendo, entre outras opções, optar pela abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, transversalmente, dos temas e projetos, sob coordenação dos professores da turma ou grupo de alunos.

Neste sentido, a escola criou a Estrutura de Apoio à implementação do Domínio da Cidadania e Desenvolvimento, composta por:

- a) Coordenadores de Curso dos Cursos Profissionais e do Curso de Educação e Formação (quando se aplica);
- b) Orientadores Educativos de Turma;
- c) Representantes dos Delegados de Turma;
- d) Presidente do Conselho Pedagógico – Coordenadora da Equipa

De acordo com a estratégia de educação para a cidadania, constituem-se DOMÍNIOS OBRIGATÓRIOS A DESENVOLVER: a) Direitos humanos (civis e políticos, económico, sociais e culturais, e de solidariedade) b) Igualdade de Género c) Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa) d) Desenvolvimento sustentável; e) Educação ambiental f) Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico) e DOMÍNIOS OPCIONAIS A DESENVOLVER: a) Sexualidade; b) Media; c) Instituições e participação democrática; d) Literacia financeira e educação para o consumo; e) Segurança rodoviária; f) Risco; g) Empreendedorismo; h) Mundo do trabalho; i) Segurança, defesa e paz; j) Bem-estar animal; k) Voluntariado; l) Outros a definir de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos objeto de registo no certificado do aluno.

- **Serviços de Apoio à Comunidade Escolar – Grupo de Apoio Para a Empregabilidade (GAPE)**

A formação do indivíduo não se esgota com a sua formação académica curricular ou outras formações qualificantes ou profissionalizantes. Neste sentido, é entendimento da EPDFGA ser sua obrigação continuar a acompanhar a vida do jovem ou adulto a quem transmitiu um conjunto de saberes e soft skills que acreditou conferirem-lhe a capacidade de ingressar/reingressar no Mundo do Trabalho, quer através da criação do próprio emprego,



que através de um trabalho por conta de outrem. Foi com esta convicção que nasceu o Gabinete de Apoio Para a Empregabilidade.

O GAPE é um grupo heterogéneo constituído pela Presidente do Conselho Pedagógico, Orientadores Educativos de Turma, Coordenadores de Curso, Coordenadores de FCT, Técnicos do Gabinete de Apoio ao Aluno, Pessoal Docente e Não Docente e Alunos.

O Gabinete de Empregabilidade presta apoio aos estudantes e ex-estudantes no contacto com o mercado de trabalho e mundo profissional, ajudando na identificar das aptidões, competências, interesses e necessidades formativas, e definindo objetivos profissionais de curto, médio e longo prazo. Junto das entidades empregadoras faz a triagem e divulga as ofertas ajustadas aos estudantes e promove parcerias estratégicas que potenciem a inserção no mercado de trabalho. O Gabinete de Apoio para a Empregabilidade tem como objetivos:

- ✓ Apoiar os alunos finalistas à empregabilidade;
- ✓ Concretizar todas as ações necessárias e adequadas para o aumento da empregabilidade e da integração dos mesmos no mercado de trabalho;
- ✓ Promover contactos, parcerias e protocolos de colaboração com potenciais entidades empregadores da região;
- ✓ Criar uma base de dados dos empregadores reais e potenciais, assim como dos alunos, para futuras ofertas de emprego.
- ✓ Auxiliar o tecido empresarial com a seleção criteriosa do perfil do candidato para a função em causa;
- ✓ Propor alunos com qualificação e experiência na formação em contexto de trabalho;
- ✓ Auxiliar no processo de candidatura de emprego.

• **Serviço especializado no Sistema de Garantia da Qualidade: Equipa EQAVET**

Para implementar um Sistema de Qualidade alinhado com o EQAVET, a Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar – SCMF criou uma equipa EQAVET que tem como função efetuar de forma sistemática e periódica o acompanhamento e revisão do Sistema de Garantia da Qualidade.

A constituição da Equipa EQAVET encontra-se no organigrama da Fig. 4.

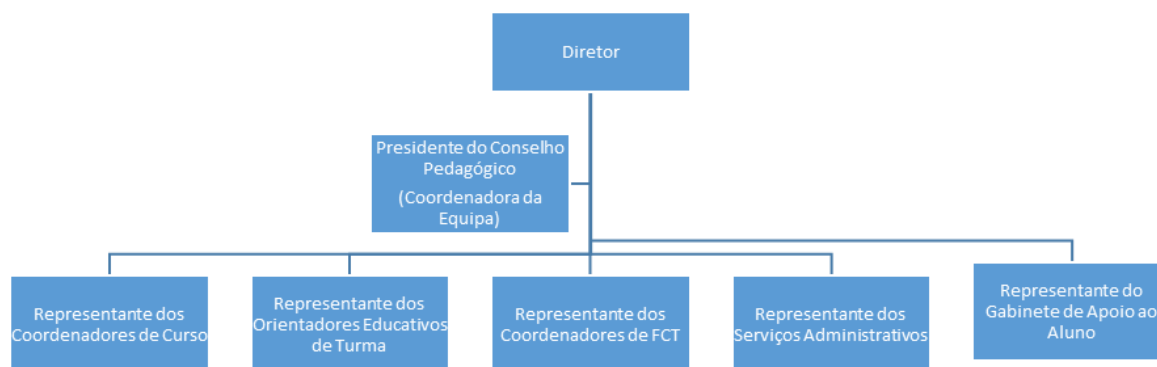


Fig. 4 – Organograma Equipa EQAVET

Cabe à Equipa EQAVET da EPDFGA desenvolver o processo de Alinhamento do Sistema de Garantia da Qualidade com o Quadro EQAVET como forma de garantia do envolvimento, monitorização e implementação do processo de qualidade sustentado no desenvolvimento de um ciclo de garantia e melhoria contínua da qualidade dos processos.

São suas competências:

- ✓ Implementar o Sistema de Garantia da Qualidade e melhoria contínua alinhando-o com o Quadro EQAVET;
- ✓ Cumprir os requisitos do Sistema de Garantia da Qualidade da ANQEP;
- ✓ Recolher e analisar sistematicamente os dados tendo por referência os indicadores EQAVET;
- ✓ Refletir sobre os resultados e as práticas de gestão do Ensino e Formação Profissional promovendo a melhoria contínua;
- ✓ Conceber planos de melhoria exequíveis para o alcance das metas propostas, tendo em vista a excelência dos indicadores EQAVET;
- ✓ Avaliar a implementação das Ações de Melhoria desencadeadas;
- ✓ Garantir a qualidade dos serviços, o cumprimento de normas e outros requisitos legais aplicáveis de forma a satisfazer as necessidades das partes interessadas;
- ✓ Preparar, motivar e incentivar todos os recursos humanos para o compromisso com o sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o EQAVET;
- ✓ Divulgar e publicar os resultados, relatórios e avanços alcançados publicamente.

Esta equipa é coordenada pela Presidente do Conselho Pedagógico que deverá promover a articulação entre a escola e os restantes elementos da equipa, convocar e presidir às



reuniões de trabalho, articular o trabalho desenvolvido e coordenar a elaboração de toda a documentação exigida para o processo de alinhamento.

As competências da equipa EQAVET encontram-se descritas em Regimento próprio: Regimento da Qualidade EQAVET.

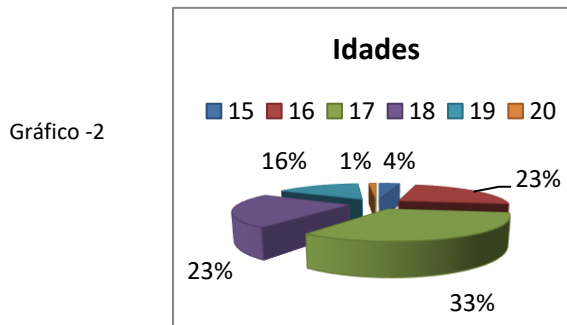
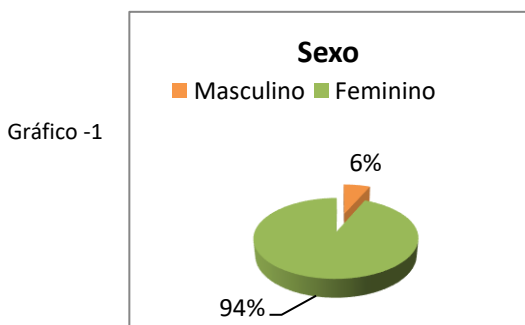
### 3.5. População Escolar

No presente ano letivo, 2022/2023, frequentam, a escola, 73 alunos de acordo com a Tabela seguinte, que apresenta a distribuição da população escolar, pelos diferentes anos curriculares e respetivas saídas profissionais.

Designação do Curso Saída Profissional	Data		N.º Alunos/Turma
	Início	Fim	
Curso Profissional -1º Ano Animador Sociocultural	01-09-2022	31-08-2025	12
Curso Profissional -1º Ano Técnico de Ação Educativa	01-09-2022	31-08-2025	11
Curso Profissional -2º Ano Animador Sociocultural	01-09-2021	31-08-2024	12
Curso Profissional -2º Ano Técnico de Ação Educativa	01-09-2021	31-08-2024	13
Curso Profissional -3º Ano Técnico de Ação Educativa	01-09-2020	31-08-2025	15
Curso Profissional -3º Ano Animador Sociocultural	01-09-2020	31-08-2025	10
<b>Total de Alunos</b>			<b>73</b>

Tabela 1 - Distribuição da População Escolar no ano letivo 2022/2023

Os alunos que frequentam os Cursos Profissionais, deste estabelecimento de ensino são maioritariamente do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos.





Os alunos, desta escola, são maioritariamente portugueses, porém há alguns de outras nacionalidades, nomeadamente, Brasileira, Moldova e Cabo-Verdiana.

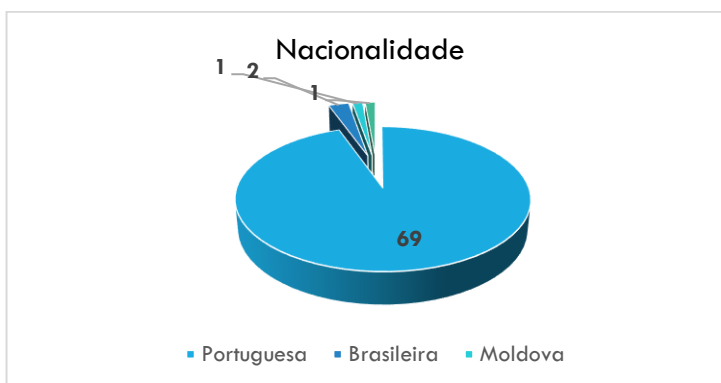


Gráfico-3

Dadas as circunstâncias, a escola tem um papel fundamental na conceção e implementação de projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, bem como atividades, cujos objetivos e conteúdos, proporcionem igualdade de oportunidades para a aprendizagem de todos os alunos, promovendo e valorizando as suas identidades, a diversidade das suas culturas e línguas, revelando perspetivas diversificadas do mundo social.

A educação multicultural deve ser anti discriminatória e promover atitudes de cooperação, partilha e respeito por normas de convivência. Deve ser antirracista, criando um clima de igualdade de oportunidades nas aprendizagens, baseado em atitudes de respeito e consideração pelas diferenças. É nesta base que esta escola intensa proporcionar o direito à igualdade de partilha e de aprendizagens tornando o PE um desafio em constante mutação.

A Escola recebe alunos provenientes de vários concelhos do Algarve e Baixo Alentejo. Atualmente predominam os alunos residentes nos concelhos de Faro e Olhão, o que representa 43% e 21%, respetivamente.

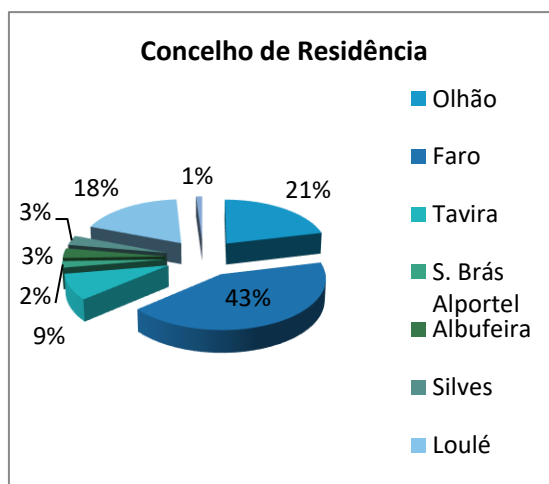


Gráfico - 4



Da análise dos questionários aplicados aos alunos que frequentam os cursos profissionais, desta escola, concluímos que 46% dos alunos concluíram o ensino básico, 9º ano de escolaridade, através da frequência de um Curso de Educação e Formação. Dos restantes alunos, 41% frequentaram a modalidade regular do ensino básico e 13% frequentaram percursos alternativos.

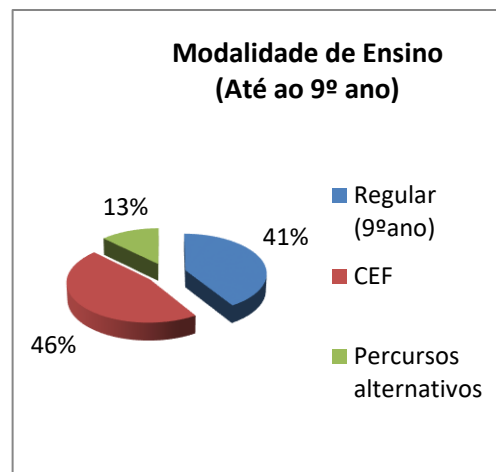


Gráfico-5

Quanto ao núcleo familiar com que vivem os alunos, verifica-se que a maioria dos alunos possui apenas 1 irmão, cerca de 47%, seguindo-se 19% de alunos com 2 irmãos e 16% com 3 irmãos. Apenas 4% dos alunos têm 6 ou mais irmãos.

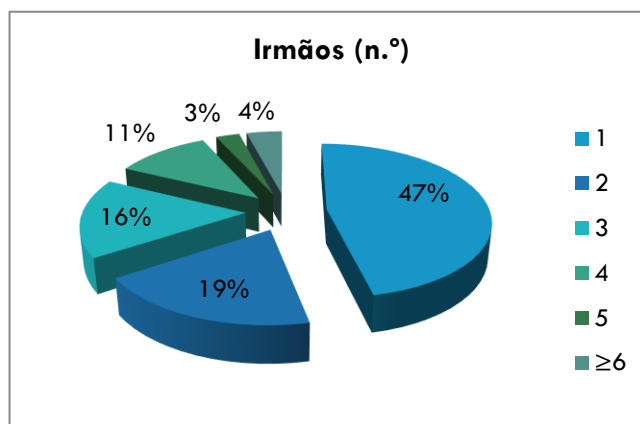


Gráfico-6

Apenas 17% dos alunos vive com o agregado familiar original (pai, mãe e eventuais irmãos). Constata-se que 17% dos alunos vivem em famílias monoparentais, sob o poder parental da mãe ou do pai. Regista-se uma ampla distribuição de alunos que vivem com os avós, irmãos, padrastos/madrastas, namorados, sogros e ainda, institucionalizados.



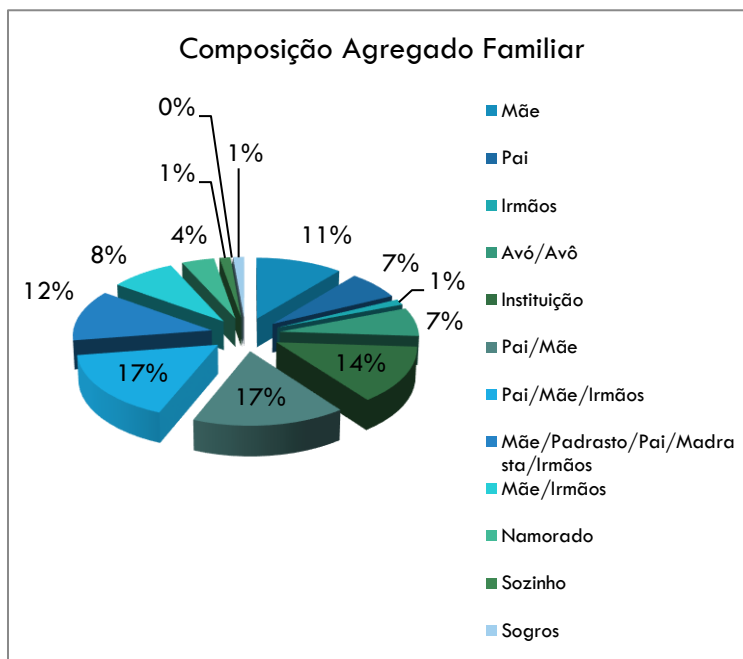


Gráfico-7

Do ponto de vista socioeconómico, a escola integra alunos de estratos sociais diferenciados, sendo significativa a proveniência de famílias com baixos recursos e baixa escolaridade, como já foi referenciado. Embora se constate, tendo por base os últimos três anos, uma diminuição do desemprego ainda se regista um número elevado de pais desempregados.

Os dados apresentados pelos Serviços de Ação Social Escolar, relativamente ao número de alunos apoiados, confirma o perfil socioeconómico traçado.

No ano letivo 2022/2023, registam-se 48% dos alunos com escalão A e 27% com Escalão B, ou seja, beneficiários do Apoio Social Escolar. Em contrapartida 25% da população escolar não beneficia de Ação Social Escolar.

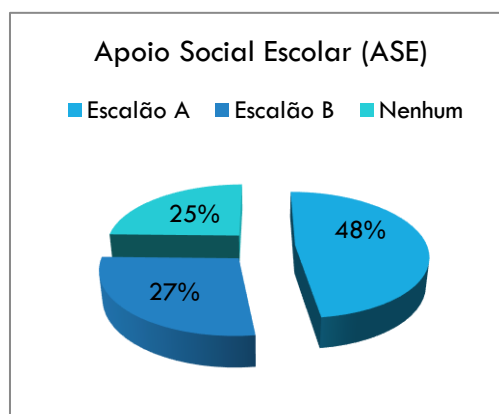


Gráfico-8



### 3.6. Recursos Humanos da Escola

INTERVENIENTES		N.º
Diretor	Diretor da Escola	1
Conselho de Direção	Presidente do Conselho Pedagógico	1
	Diretor	1
Conselho Pedagógico	Presidente do Conselho Pedagógico	1
	Coordenadores de Curso	2
	Orientadores Educativos de Turma	4
	Coordenadores de Formação em Contexto de Trabalho	2
	Orientadores de Provas de Aptidão Profissional	4
	Coordenadora da Qualidade EQAVET	1
Conselho Administrativo	Diretor	1
	Chefe dos Serviços Administrativos	1
Conselho Consultivo	Diretor	1
	Presidente do Conselho Pedagógico	1
	Representante dos Professores	1
	Representantes dos Alunos de diferentes Cursos	2
	Representantes dos Pais e Encarregados de Educação	2
	Representante dos Funcionários	1
	Representantes de Instituições Locais representativas do tecido social e económico	2
	Personalidades de reconhecido mérito das áreas técnico – científicas de Formação	2
Pessoal Docente Contrato Sem Termo	Docentes	4
Pessoal Docente Contrato a Termo Certo	Docente	1
Pessoal Docente e Formadores com Avença	Docentes	9
	Formador	1
Pessoal Administrativo	Administrativos	2
Pessoal Auxiliar de Ação Educativa	Auxiliares	3
Pessoal de Apoio Técnico	Psicóloga	1
	Professora Ensino Especial	1

Tabela 2- Recursos Humanos



### 3.7. Infraestruturas afetas ao desenvolvimento do plano de formação

TIPOLOGIA - Instalações cedidas, a longo prazo, pela Santa Casa da Misericórdia de Faro, tem uma lotação global, em regime diurno, fixada em 138 Alunos.

Trata-se uma Instituição de natureza privada, que prossegue fins de interesse público e goza de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, cultural, científica e tecnológica, encontrando-se sob a tutela pedagógica do Ministério da Educação, sob a APF n.º 31.

#### CAPACIDADE, QUALIDADE E ADEQUAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS:

DESCRIÇÃO	ÁREAS	CAPACIDADE Nº. DE ALUNOS
Salas de aula		
1	36 m2.	26
2	45 m2	26
3	40 m2.	26
4	29 m2.	24
5	26 m2.	22
6	17 m2.	14
Sala de Informática	31 m2.	23
Sala de Convívio/Bar/Refeitório	58 m2.	72
Biblioteca - Centro de Recursos	21 m2.	20
Reprografia	13 m2.	
Secretaria/Gabinete Financeiro	24 m2.	
Gabinete Coordenação Pedagógica	11 m2.	
Sala de Professores/Gabinete de Apoio ao Aluno	26 m2.	
Espaço Internet	Corredor	

Tabela 3 - Infraestruturas

## 4. VISÃO, MISSÃO E PRINCÍPIOS

### 4.1. Visão

Pretendemos ser uma Escola capaz de promover a formação intelectual e a reflexão crítica dos nossos alunos, apta a formar cidadãos responsáveis e empreendedores, que desenvolvam atitudes de cooperação e de intervenção: cidadãos solidários, respeitadores de ideias e de culturas diferentes. Uma escola que promova a igualdade de oportunidades e de condições, favorecendo a inserção socioprofissional, através duma preparação adequada para um exercício profissional qualificado e para uma cidadania ativa. Uma escola onde os valores são apreciados e o trabalho, numa perspetiva educativa, é um desafio para alcançar o sucesso.



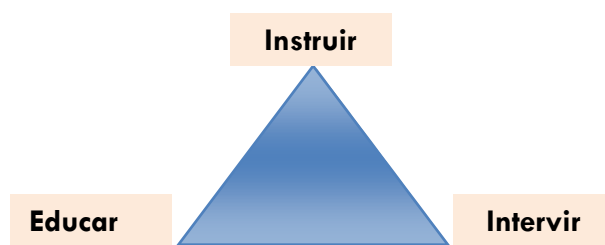
Apostamos na conceção de uma Escola inclusiva, sem distinção de origens sociais, etnias, credos ou necessidades educativas e na promoção da sua autonomia. Ousamos e corremos riscos, acreditando que só assim podemos crescer e desenvolver o potencial humano existente em cada aluno, em cada professor, em cada técnico que integra a nossa instituição. O nosso labor, o nosso entusiasmo, terá de ter, inevitavelmente, reflexos na nossa comunidade e por extensão na nossa região, no nosso país e no mundo.

## 4.2. Missão

A nossa missão “*Escola inclusiva, escola sustentável*”, reproduz a ambição da escola em que cada jovem encontre um ambiente educativo acolhedor que lhe faculte condições propícias para o seu crescimento harmonioso e saudável, para a sua inclusão plena e para o desenvolvimento de competências e aprendizagens que lhe permitam enfrentar os desafios que a sociedade do século XXI coloca.

## 4.3. Princípios

Tendo por base as leis fundamentais do Sistema Educativo, nomeadamente a Lei de Bases – veículo dos valores que orientam a sociedade ao nível educacional, o Projeto Educativo pretende refletir a forma concreta como a nossa escola escolhe e concretiza essas finalidades e princípios. É neste sentido que neste documento se apresenta como um quadro de referência da comunidade educativa, tendo por base os três vértices fundamentais da formação dos jovens: **Instruir, Educar e Intervir no meio.**



De facto, a escola deve promover a **formação** intelectual e a reflexão crítica dos seus alunos mas possui, também, a vocação de formar cidadãos responsáveis que desenvolvam atitudes de



cooperação e de intervenção: cidadãos solidários, respeitadores de ideias e de culturas diferentes.

Ao partirmos para uma ação concertada, em que nos empenharemos, durante os três anos, aceitamos como princípios de relação e de decisão as seguintes convicções:

- ✓ O **princípio da especificidade** da Escola como espaço de cultura;
- ✓ O **princípio de pertença a uma comunidade reflexiva** capaz de transformar as suas práticas num processo em que a cooperação e a responsabilidade são elementos de confluência para a qualidade do processo educativo;
- ✓ O **princípio de cidadania ativa**, onde cada elemento tem voz para o desenvolvimento de valores de liberdade, solidariedade e justiça que queremos que presidam à vida escolar;
- ✓ O **princípio de participação democrática**, no respeito pela diferença e pela valorização da diversidade, assentando no confronto esclarecido entre os direitos e deveres de todos e de cada um;
- ✓ O **princípio da reciprocidade entre o homem e o espaço em que vive**, pelo que intervir no espaço é criar condições de transformação dos seus habitantes;
- ✓ O **princípio da prioridade dos afetos** na educação da sexualidade para o desenvolvimento harmonioso do jovem/adolescente;
- ✓ O **princípio da não exclusão**, entendido no sentido de criar oportunidades diferenciadas e percursos diversificados que conduzam ao sucesso educativo dos alunos, independentemente dos seus estilos cognitivos e dificuldades de aprendizagem;
- ✓ O **princípio da Integração e Inclusão**, no respeito pela diferença, e promovendo a efetiva promoção de igualdade de direitos e de oportunidades, independentemente da classe social, etnia, religião e demais pertenças e opções;
- ✓ O **princípio do saber**, promovendo o desenvolvimento da curiosidade intelectual, o gosto pelo trabalho, pelo estudo, pela investigação, não os circunscrevendo às balizas e limites do currículo nacional e ao currículo explícito;
- ✓ O **princípio da qualidade educativa**, traduzida numa otimização dos recursos disponíveis, tendo em vista a maximização do impacto do resultado das aprendizagens e das atividades educativas.



## 5. FORMAÇÃO MINISTRADA

### 5.1. Justificação e Enquadramento da Oferta de Educação e Formação Profissional

A Oferta Educativa e Formativa, de qualificação inicial para jovens, desenvolvida pela escola, obedece a um processo de pedido de autorização de funcionamento e de registo prévio dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação na Autorização Prévia de Funcionamento da Escola (APF Nº31), de acordo com fundamentação das necessidades dessa formação para o desenvolvimento social e económico da região e atendendo à lotação máxima da escola que é de 138 alunos.

Para a definição da oferta a escola apoia-se no SANQ – Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação da NUT III Algarve, promovido pela ANQEP, em 2017 e que visa a definição de uma rede equilibrada e sustentável de percursos qualificantes apostando, para isso, no desenvolvimento de dinâmicas de otimização, tendo em conta a diversidade de áreas de formação, as características e as necessidades de formação do meio bem como a promoção de escolhas realistas por parte dos jovens.

O SANQ promove um Diagnóstico Regional, consubstanciado num Relatório Intermédio do Diagnóstico Regional do Algarve o qual fundamentou a definição de prioridades para a rede de cursos profissionais e cursos de educação e formação para o ano letivo de 2022/2023 e anos seguintes.

Num contexto de aproximação, articulação e concertação das necessidades de oferta formativa qualificante, da região, e com base no indicador, acima referenciado, a escola apresenta a proposta de oferta educativa e formativa, junto da DGEsTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, - Algarve), onde todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, com ofertas qualificantes, têm assento.

Tendo em consideração as necessidades/tendências identificadas a nível Nacional e Regional, a EPDFGA pretende, com a oferta do Curso Profissional de Animador Sociocultural, contribuir para o aumento de competências pessoais e profissionais, nos jovens, facilitadoras da integração no mercado de trabalho, bem como promover a criação de uma oferta de ensino secundário coordenada com as necessidades das Organizações de Economia Social, que responda, em simultâneo, ao interesse dos jovens que pretendam ter uma saída profissional concreta.



Por outro lado, o contacto permanente da escola com as diversas Entidades de Acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho e Empregadoras, permite-nos constatar a contínua necessidade de elevar os níveis de qualificação dos recursos humanos, na área do Trabalho Social e Orientação, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, a escolha das UFCD's da componente tecnológica, bem como das Entidades/Organizações para a realização da formação em contexto de trabalho, foram cuidadosamente selecionados, em termos de definição de objetivos, para que os mesmos estivessem alinhados com as necessidades das futuras Entidades Empregadoras.

Ao mesmo tempo, constatamos que se verifica uma tendência crescente, na área sociocultural, para se desenvolverem iniciativas promotoras de bem-estar social da comunidade, em geral.

O referencial de formação deste curso reveste-se de metodologias e ferramentas de trabalho apoiadas nas técnicas de diagnosticar, analisar, planear e Implementar com inegável interesse para preparar profissionais com conhecimentos e competências, adequados a integrar programas de intervenção social com a população em geral, promovendo atividades de carácter educativo, cultural, desportivo, social, lúdico, turístico e recreativo, tendo em conta as necessidades do grupo, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a sua integração social.

Com a oferta do Curso Profissional de Técnico de Ação Educativa a escola pretende contribuir para o aumento de competências pessoais e profissionais, nos jovens, facilitadoras da integração no mercado de trabalho, bem como promover a criação de uma oferta de ensino secundário coordenada com as necessidades das Organizações de Economia Social, que responda, em simultâneo, ao interesse dos jovens que pretendam ter uma saída profissional concreta.

Por outro lado, o contacto permanente da escola com as diversas Entidades de Acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho e Empregadoras, permite-nos constatar a contínua necessidade de elevar os níveis de qualificação dos recursos humanos, na área dos Serviços de Apoio a Crianças e Jovens, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Verifica-se uma tendência crescente ao nível das redes pública, solidária e particular e cooperativa para disponibilizar equipamentos educativos que respondam às necessidades dos agregados familiares, com filhos em idade de creche ou de pré-escolar, pelo que este cenário configura diversas oportunidades de integração ocupacional e profissional dos Técnicos de Ação Educativa.

O Curso Profissional de Técnico de Ação Educativa reveste-se de metodologias e ferramentas de ensino e de aprendizagem com inegável interesse para preparar profissionais com



conhecimentos e competências, adequados a integrar programas de intervenção social com a população infantil, ficando ainda capacitados para trabalhar com problemáticas sociais distintas e emergentes no âmbito da prevenção precoce e, ainda, favorece a consciência de se tornarem cidadãos empreendedores e ativos numa sociedade cada vez mais exigente ao nível da sustentabilidade social.

Com base na oferta educativa e formativa apresentada a escola tem como objetivo formar técnicos qualificados, na modalidade de ensino que confere o nível 4 do Catálogo Nacional de Qualificações e o nível 2 do Catálogo Nacional de Qualificações, com dupla certificação, académica e profissional, nas Áreas de Formação dos Serviços de Apoio a Crianças e Jovens (761) e do Trabalho Social e Orientação (762), para as quais detém autorização de funcionamento.

Os Cursos Profissionais são uma modalidade do nível secundário de educação, caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta os interesses do aluno, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor institucional e empresarial local.

Os principais objetivos desta oferta educativa e formativa são:

- ✓ contribuir para que o estudante desenvolva competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão;
- ✓ privilegiar as ofertas formativas que correspondem às necessidades de trabalho locais e regionais;
- ✓ preparar o estudante para aceder a formações pós-secundárias ou ao ensino superior, se for essa a sua vontade.

Estes cursos têm uma duração de 3 anos letivos, têm uma estrutura curricular organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem de cada aluno. Comportam uma componente sociocultural, uma componente científica e uma componente técnica. A componente técnica integra a Formação em Contexto de Trabalho. Para além disso é obrigatória a realização de uma Prova de Aptidão Profissional.

A conclusão com aproveitamento da totalidade do percurso formativo permite uma dupla certificação: habilitação escolar, o ensino secundário e qualificação profissional de Nível IV. Permite o prosseguimento de estudos podendo integrar, de imediato, o mercado de trabalho.

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para os jovens poderem concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou





para poderem prosseguir estudos ou formação que lhes permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.

Comportam quatro componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e prática. A componente de formação prática integra a Formação em Contexto de Trabalho. Para além disso também existe, no final do ciclo de formação, a realização de uma Prova de Avaliação Final.

No final do Ciclo de Formação de 2 anos o aluno obterá uma certificação escolar de ensino básico (9º ano) e uma qualificação profissional de nível II.

A conclusão do CEF permite o prosseguimento de estudos/formação bem como a aquisição de competências profissionais, através de soluções flexíveis, de acordo com os interesses dos alunos e as necessidades do mercado de trabalho local.

A formação da componente técnica, tecnológica e prática é desenvolvida, sempre que possível, em estreita ligação com as instituições/empresas locais, proporcionando a aquisição de competências formativas e de experiências de trabalho.

A decisão de escolha da Oferta Educativa e Formativa, a funcionar em cada ano letivo, tem em consideração o enquadramento das linhas de orientação a nível regional, que visam a definição de uma rede equilibrada e sustentável de percursos qualificantes apostando, para isso, no desenvolvimento de dinâmicas de otimização, tendo em conta a diversidade de áreas de formação, as características e as necessidades de formação do meio bem como a promoção de escolhas realistas por parte dos jovens.

## **5.2. Oferta Educativa e Formativa**

A oferta educativa e formativa a funcionar no presente ano letivo, 2022/2023, e nos dois anos letivos anteriores, 2020/2021 e 2021/2022, encontra-se registada na Tabela 4.

Quanto aos próximos dois anos letivos (2023/2024 e 2024/2025), podemos afirmar que se vão manter as áreas de formação n.º 761 e n.º 762. Quanto aos cursos/n.º de turmas a iniciar em cada ano letivo dependem da aprovação da rede pelo Ministério da Educação. Todavia, é do interesse da Escola proporcionar a abertura de turma(s) do Curso de Educação e Formação Tipo 3 nível 2 de Cuidador/a de Crianças e Jovens. Irão manter-se em funcionamento as turmas de continuidade.



Tipologia	Designação do Curso/Saída Profissional	Ano letivo 2020/2021						Ano letivo 2021/2022						Ano letivo 2022/2023					
		N.º Turmas			N.º Alunos			N.º Turmas			N.º Alunos			N.º Turmas			N.º Alunos		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Cursos Profissionais nível IV	Técnico de Ação Educativa	1	1	1	21	13	22	1	1	½	15	17	05	1	1	1	11	13	15
	Animador Sociocultural	1	1	1	15	11	11	1	1	½	14	10	12	1	1	1	12	12	10
<b>Total/ano curricular</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>36</b>	<b>24</b>	<b>33</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>25</b>
<b>Total/ano letivo</b>		<b>6</b>			<b>93</b>			<b>5</b>			<b>73</b>			<b>6</b>			<b>73</b>		

Tabela 4 – Oferta formativa

### 5.2.1. Formação em Contexto de Trabalho

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT), sob a forma de Estágio, representa um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da Escola, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelo aluno.

A formação ministrada na Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar pretende proporcionar aos jovens a construção de estruturas cognitivas e morais e a aquisição de competências de comunicação, sociabilidade, responsabilidade e iniciativa, bem como o domínio de saberes e técnicas específicos nas áreas respetivas áreas de formação.

Como tal, é missão da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar – SCMF facultar aos alunos a experiência profissional e o contacto direto com o mundo laboral, no qual este irá exercer as suas funções, proporcionando e desenvolvendo as competências adequadas à sua inserção no mercado de trabalho.

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT), sob a forma de Estágio, representa um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da Escola, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelo aluno.

Realiza-se em posto de trabalho, em instituições, empresas ou noutras organizações, sob a forma de experiências de trabalho.



## 5.2.2. Provas de Aptidão Profissional

A Prova de Aptidão Profissional reveste a forma de um projeto pessoal, o qual deve ser estruturante do futuro profissional do jovem e centrado em temas e problemas perspetivados pelo aluno em estreita ligação com os contextos de trabalho e nele devem ser investidos saberes e competências adquiridos no quadro de formação e realiza-se sob a orientação e acompanhamento de um professor.

A PAP consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apresentação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do jovem. Tem caráter obrigatório e deve possuir a natureza de projeto inter e transdisciplinar, integrador de todos os saberes e competências adquiridos pelos alunos ao longo de toda a sua formação. Será, sempre, uma prova de caráter prático.

## 6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O diagnóstico estratégico é uma tarefa fundamental para a aplicação do planeamento estratégico com vista a orientar a ação da organização da escola.

Os resultados deste diagnóstico podem ser sistematizados numa matriz síntese – Matriz SWOT<sup>1</sup>. Com a análise SWOT pretende-se efetuar uma síntese do estudo do ambiente interno e externo e identificar os elementos-chave para a gestão e organização da escola, possibilitando o estabelecimento de prioridades de atuação.

Nesta linha de conduta, e a partir da análise dos relatórios do Observatório do Trajeto dos Alunos à Saída do Ensino Secundário (OTES), os quais têm, anualmente, a participação dos alunos, dos Relatórios Anuais de Autoavaliação do Plano Anual de Atividades e Plano de Ação, dos Relatórios de Progresso Anual EQAVET e dos resultados dos Questionários de Satisfação, aplicados, podemos apresentar uma análise SWOT da escola com os pontos fortes e os pontos fracos (ambiente interno) bem como as oportunidades e as ameaças percecionadas (ambiente externo).

<sup>1</sup> A Análise SWOT ou Análise FFOA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)



## 6.1. Compromissos Estratégicos

Os compromissos estratégicos são um conjunto de diretrizes que servem de suporte à decisão e que orientam o processo de organização e funcionamento da Escola.

Os eixos prioritários e os princípios orientadores do Documento Base/Projeto Educativo são a fonte de inspiração para a definição das grandes opções estratégicas do Plano Anual de Atividades e Plano de Ação.

Enquanto comunidade educativa, a Escola deve partilhar um conjunto amplo de valores culturais e estéticos que constituem o horizonte a partir do qual os indivíduos constroem o seu espaço de liberdade e de autonomia e se tornam cidadãos participativos, exigentes e responsáveis. O não conformismo, a diversidade e o desafio, assentes em contextos devidamente enquadrados pelo conhecimento, devem constituir a matriz fundamental. Neste sentido, deve ser prioridade da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar a visita a exposições e espetáculos nas mais diversas áreas artísticas e performativas, o apoio a diferentes projetos da Escola, a divulgação de trabalhos dos alunos, o convite a especialistas, provenientes de várias áreas do saber, que possam partilhar com a comunidade educativa as suas experiências e sustentar uma cultura de escola, consubstanciada na abertura ao diálogo e à tolerância e na adaptação à mudança. Vinculados ao lema que prosseguimos e que assumimos como missão, uma das áreas fortes do Plano Anual de Atividades e Plano de Ação continuará a ser o complemento da formação curricular com o reforço da aquisição de novas competências.

A Escola não está organizada à volta de um projeto pedagógico, mas é, sim, a comunidade educativa que se transforma e estrutura na construção de um projeto educativo subordinante e estruturado por projetos pedagógicos.



## 6.2. Análise Swot

### Análise externa: oportunidades e ameaças

MATRIZ SWOT		
<b>Ambiente Externo</b>	<b>Oportunidades</b>	<p>O ensino obrigatório passar a ser de 12 anos;</p> <p>O crescente número de alunos que procuram uma alternativa aos cursos do ensino secundário regular;</p> <p>A larga experiência, da escola, na formação profissional de jovens e o facto de estar bem equipada para as áreas de formação que ministra;</p> <p>A especialização da escola numa determinada Família: Família Profissional dos Serviços de Ação Social – Áreas de Formação n.º 761 e 762;</p> <p>A escola ter uma boa visibilidade na comunidade;</p> <p>A localização privilegiada da escola, no centro da cidade, o que proporciona uma interação com a comunidade, em geral, e em particular com o tecido social e empresarial;</p> <p>A escola ser reconhecida como uma instituição que forma jovens capazes de integrar o mercado de trabalho com sucesso;</p> <p>A escola ser procurada por entidades empregadoras com a finalidade de recrutar diplomados;</p> <p>A disponibilidade da autarquia em colaborar no Projeto Educativo da escola;</p> <p>A disponibilidade das autarquias, instituições e empresas (stakeholders externos) em estabelecer parcerias;</p> <p>Estabilidade do corpo docente;</p> <p>As novas tecnologias ao serviço da educação;</p> <p>A dimensão da escola contribuir para uma maior proximidade entre todos os stakeholders, internos e externos;</p> <p>A Implementação do processo de qualidade em alinhamento com o quadro EQAVET.</p>
	<b>Ameaças</b>	<p>Aumento do número de escolas públicas com oferta formativa qualificante de nível IV, por vezes com os mesmos cursos em funcionamento, o que provoca a diminuição do número de alunos que procura as escolas profissionais;</p> <p>Concorrência de outros sistemas de ensino profissionalizante;</p> <p>Imprevisibilidade ao nível da oferta formativa e ao nível da aprovação e do financiamento das candidaturas SIGO;</p> <p>Definição de áreas prioritárias, por região, por parte do Ministério da Educação (ME), nem sempre compatíveis com a Autorização Provisória de Funcionamento (APF) da escola;</p> <p>O limite máximo de idade para ingresso nos cursos profissionais;</p> <p>O decréscimo do número de jovens/envelhecimento da população ser um dos indicadores no Concelho de Faro;</p> <p>Diminuição dos recursos financeiros disponíveis;</p> <p>Desresponsabilização dos encarregados de educação em relação ao percurso escolar dos seus educandos.</p>



### Análise interna: Pontos Fortes e Pontos Fracos

<b>Ambiente Interno</b>	<b>Pontos Fortes</b>	<p>Presença sólida na rede escolar;</p> <p>A escola ter recursos capazes de dar resposta positiva e adequada para os cursos que ministra;</p> <p>Oferta formativa de acordo com as necessidades e com a procura dos jovens;</p> <p>A escola promover a participação dos alunos em eventos culturais e lúdicos junto da comunidade envolvente;</p> <p>A escola promover atividades de formação multidimensional, orientadas para os valores da responsabilidade, solidariedade, tolerância, cidadania ativa, formação moral e cívica;</p> <p>Relação professor/aluno caracterizada pela disponibilidade para o diálogo;</p> <p>Cultura assente em relações de afeto entre alunos, docentes e funcionários;</p> <p>Atenção dada às situações de absentismo, de indisciplina e de aproveitamento (realização atempada dos módulos/realização dos módulos em atraso), com a aplicação de estratégias adequadas promotoras do sucesso escolar;</p> <p>A escola possuir um leque de protocolos e parcerias com instituições e empresas (stakeholders externos) capaz de dar resposta às necessidades da Formação em Contexto de Trabalho e da Realização prática das Provas de Aptidão Profissional;</p> <p>A escola possuir um Gabinete de Apoio ao Aluno, com Psicóloga e Professora do Ensino Especial;</p> <p>A escola possuir uma Estrutura de Apoio à Inclusão, EMAEI - Valorização e promoção da inclusão;</p> <p>Valorização dos valores de Cidadania;</p> <p>Reconhecimento do mérito dos alunos;</p> <p>Valorização e promoção da inclusão;</p> <p>Os alunos beneficiam de apoios educativos estruturados e de respostas a problemas sociais.</p>
	<b>Pontos Fracos</b>	<p>A escola não puder crescer mais por falta de espaço;</p> <p>Ausência de infraestruturas desportivas;</p> <p>Grande percentagem dos jovens serem provenientes de famílias com problemas sociais graves, com necessidades de acompanhamento psicológico e psicopedagógico;</p> <p>Muitos alunos desistirem dos cursos;</p> <p>Muitos alunos apresentarem problemas de absentismo;</p> <p>Os pais e encarregados de educação manifestarem pouca participação na vida escolar dos seus educandos.</p>



### 6.3. Objetivos Estratégicos

Com base na análise SWOT efetuada a escola, com o envolvimento dos stakeholders, refletiu acerca dos pontos a melhorar e da manutenção e/ou do reforço dos pontos fortes e, de acordo com os princípios que vão nortear o seu trabalho procedeu à definição de metas sustentadas para a sua ação educativa no próximo triénio.

Para dar luz àquilo que se propõe, a Escola como parte integrante do meio sociocultural em que se insere, busca uma mais-valia ao tentar dar resposta às necessidades mais óbvias da região, pelo que, com base numa cultura de qualidade assente na melhoria organizacional e envolvimento dos stakeholders, estabelece seis objetivos estratégicos, a saber:

OE1 - PROMOVER A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS E DO SUCESSO EDUCATIVO

OE2 - CONSTRUIR A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

OE3 - FOMENTAR UMA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DE QUALIDADE

OE4 - REFORÇAR A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

OE5 - ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS

OE6 - GARANTIR O ALINHAMENTO COM O SISTEMA DE QUALIDADE EQAVET

A tabela descritiva referente aos objetivos acima referidos encontra-se no anexo 1 deste documento.

“Muitos vivem apenas porque estão vivos. Vivem sem objetivos, sem metas, sem ideais e sem sonhos. Não sabem como lidar com as suas fragilidades e lágrimas. Sabem lidar com os aplausos, mas desesperam-se diante das vaias.”

Augusto Cury



## 7. SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET

### 7.1. Política da Qualidade

A Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da Santa Casa da Misericórdia de Faro, adiante designada por EPDFGA, define a sua Política da Qualidade tendo por base o estabelecido para o alinhamento da garantia da qualidade com o quadro EQAVET.

Os princípios orientadores da garantia da qualidade encontram-se incorporados na cultura, visão, missão e estratégia da EPDFGA e traduzem-se na procura constante da satisfação das partes interessadas, numa lógica de ponderação dos riscos e oportunidades e na busca contínua da melhoria e excelência na aquisição de competências relevantes para o exercício profissional e na formação integral do ser humano, promovendo a cidadania e o exercício de uma profissão.

Os órgãos de gestão estão comprometidos com a manutenção da cultura institucional centrada na qualidade através da concretização dos seguintes objetivos:

- ✓ Assegurar a conformidade com os requisitos legais e normativos;
- ✓ Promover uma sólida formação geral, científica, tecnológica e prática, visando a sua inserção socioprofissional e/ou o prosseguimento de estudos, que permita aos seus diplomados enfrentar, com sucesso, uma sociedade altamente competitiva e em rápida evolução;
- ✓ Implementar, rever e comunicar a política e os objetivos da qualidade a toda a instituição, para que todos possam envolver, responsabilizar e cumprir com os compromissos que ela estabelece;
- ✓ Ser um espaço de excelência em Humanização, Ensino e Cultura que integre a comunidade global contribuindo na formação de lideranças capazes de cooperar na formação de uma sociedade futura;
- ✓ Assegurar o comprometimento das partes interessadas na implementação do quadro EQAVET;
- ✓ Promover a manutenção dos processos do Sistema de Garantia da Qualidade;
- ✓ Promover o trabalho em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, da região e ou setor de intervenção, tendo em vista a adequação da oferta formativa às suas necessidades específicas e a otimização dos recursos disponíveis;





- ✓ Estabelecer parcerias com o mundo empresarial e institucional e outras organizações nacionais e transnacionais;
- ✓ Promover uma eficiente gestão dos recursos da instituição, atentos os riscos e oportunidades;
- ✓ Assegurar a formação e motivação dos seus colaboradores com vista a perseguir a excelência do seu desempenho e a qualidade da aquisição das competências;
- ✓ Assegurar a melhoria da gestão administrativa e da comunicação interna.

## 7.2. Operacionalização do projeto educativo em alinhamento com o EQAVET

O processo de implementação do sistema de garantia da qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (Quadro EQAVET) adota como ponto de partida a situação concreta da escola.

Deste modo, a operacionalização do processo de alinhamento implica a mobilização de dois referentes, o referencial para o alinhamento com o Quadro EQAVET e o conjunto de indicadores EQAVET que integram o modelo nacional.

Com a implementação deste Sistema de Garantia da Qualidade a Escola pretende afirmar a qualidade, com a construção de uma cultura organizacional de melhoria contínua da EFP, que é estratégica para o Sistema Nacional de Qualificações, e que seja impulsionadora da confiança nas modalidades de dupla certificação do Sistema, nomeadamente, nos cursos profissionais e nos cursos de educação e formação, especialmente no que concerne a:

- ✓ Maior atratividade da EFP junto dos jovens e encarregados de educação;
- ✓ Credibilização do sistema de EFP;
- ✓ Envolvimento nos processos de garantia da qualidade da oferta de EFP por parte dos empregadores;
- ✓ Notoriedade da EFP junto da população em geral.

O processo de alinhamento com o EQAVET constitui, por outro lado, um instrumento crucial para a definição das políticas educativas da escola, na conduta da sua Visão e Missão, configuradas no seu Projeto Educativo e prossegue, de forma sistemática, contínua e permanente, os seguintes objetivos:

- ✓ Promover uma cultura de garantia e melhoria contínua da qualidade da EFP baseada em práticas de autoavaliação;



- ✓ Garantir a articulação da política de garantia e melhoria contínua da qualidade da EFP com os objetivos estratégicos definidos pela EPDFGA;
- ✓ Promover a adoção de procedimentos e práticas associadas às principais componentes do Quadro EQAVET - quatro fases do ciclo de qualidade, critérios de qualidade EQAVET e respetivos descritores indicativos;
- ✓ Sensibilizar os Stakeholders, para a importância da participação ativa no processo educativo e vida da escola, valorizando e credibilizando a sua atuação ao nível do planeamento, desenvolvimento, avaliação e revisão das ações;
- ✓ Recolher dados e analisar de forma sistemática os resultados alcançados sobre a atividade desenvolvida e refletir esse exercício na melhoria contínua das práticas de gestão da EFP, convertendo os respetivos resultados em ações de melhoria, quando necessário;
- ✓ Divulgar os resultados alcançados sobre a atividade desenvolvida na Escola e disponibilizar informação sobre a melhoria contínua da oferta de EFP;
- ✓ Enriquecer a variedade de parcerias e protocolos como suporte da atividade da Escola e da sua estratégia;
- ✓ Proporcionar aos alunos o seu envolvimento em variados projetos, nomeadamente ao nível das três vertentes de projeto que sustentam a escola – Inclusão, Desenvolvimento e Cidadania e Educação para a Saúde em Meio Escolar, para favorecer a sua aprendizagem e autonomia;
- ✓ Obter o selo EQAVET que comprova que o sistema de garantia da qualidade da EPDFGA se encontra alinhado com o Quadro europeu.

O Quadro EQAVET contempla quatro componentes fundamentais, as quais permitem a aferição de dados qualitativos e quantitativos da ação das práticas pedagógicas da EPDFGA, (Galvão, 2016): um ciclo de garantia e melhoria da qualidade, critérios de qualidade, descritores indicativos e indicadores de referência.

A cada uma das fases do ciclo de garantia e melhoria da qualidade (Fig. 3), existem quatro critérios de qualidade associados os quais se materializam num conjunto de descritores indicativos e de indicadores que permitem avaliar de forma objetiva os resultados alcançados e, em consequência, introduzir melhorias na EFP.

O ciclo de garantia e melhoria da qualidade reúne quatro fases, sequenciais e interdependentes de aprendizagem e melhoria contínua o que prevê a monitorização e a avaliação com base em



processos, quer de autoavaliação da prática educativa da Escola, quer de heteroavaliação, com enfoque especial na melhoria dos processos ensino-aprendizagem.

Os Ciclos de Qualidade EQAVET repetem-se, sucessivamente, com vista à melhoria contínua da EFP, sendo possível efetuar uma análise SWOT, em cada um dos momentos de avaliação na qual se identificam os pontos fortes e os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, conducentes à redefinição de estratégias, objetivos e metas e à formulação de novos planos de ação, os quais se ajustam à fase de Revisão.

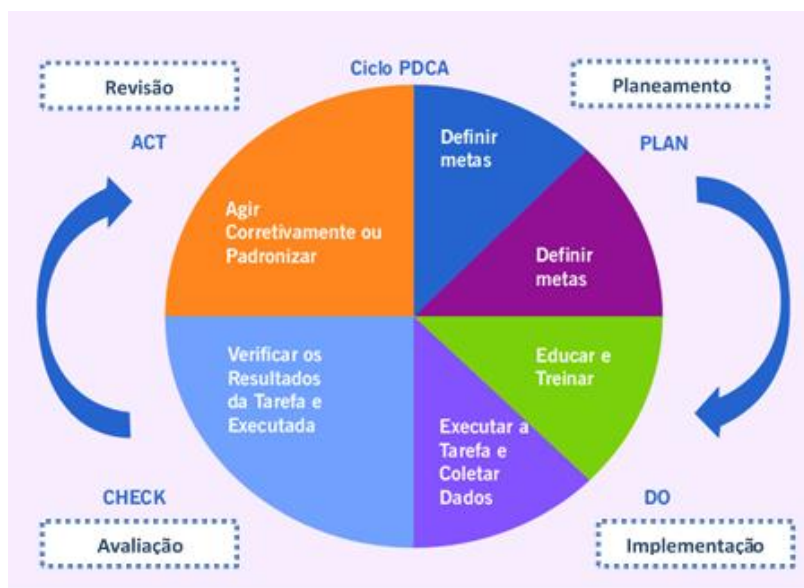


Fig.4 - Ciclo de Qualidade EQAVET

O Ciclo de Qualidade, PDCA, também conhecido por **Ciclo de Shewhart** ou **Ciclo de Deming**, é uma ferramenta de gestão muito utilizada pelas empresas de todo o mundo, especialmente na gestão da qualidade, tendo como foco o controlo e melhoria contínua, tornando os processos mais ágeis, claros e objetivos.

Cada fase traduz os seguintes procedimentos:

FASE DO CICLO DE QUALIDADE	PROCEDIMENTOS
<b>PLAN/Planeamento</b>	Localizar os problemas Elaborar o Plano de Ação
<b>DO/Implementação</b>	Executar o Plano de Ação
<b>CHECK/Avaliação</b>	Verificar o cumprimento das metas Acompanhar os indicadores de resultados
<b>ACT/Revisão</b>	Aplicar medidas corretivas Elaborar novos Planos de Ação, com base nas áreas de melhoria

Tabela 5 – Fases do Ciclo da Qualidade/Procedimentos



Na sequência deste enquadramento, a Escola “posicionou-se” relativamente a cada uma das suas práticas de gestão que integram o referencial para o alinhamento e, a partir desse exercício de autoavaliação, identificou as práticas que devem ser objeto de melhoria e as estratégias associadas, tendo em vista o objetivo último e estratégico de melhoria contínua da qualidade da EFP.

### 7.3. Identificação das áreas de melhoria

Através do exercício anterior é possível, no quadro dos objetivos estratégicos da escola, não só definir o ponto de partida no processo de alinhamento, mas também o ponto de chegada, através da identificação do que carece de ser introduzido ou ajustado nas práticas em uso, face aos princípios EQAVET e às práticas de gestão da EFP a observar, assim como aos indicadores a utilizar.

Assim sendo, foi-nos possível identificar um conjunto de áreas que carecem de ações de melhoria.

ÁREAS DE MELHORIA IDENTIFICADAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhorar as taxas de conclusão dos cursos de EFP;</li><li>• Melhorar a colocação dos diplomados após a conclusão dos Cursos;</li><li>• Melhorar a empregabilidade dos Diplomados em profissões relacionadas com o curso/AEF;</li><li>• Melhorar a Procura em cursos de EFP da Escola;</li><li>• Melhorar os processos de gestão.</li></ul>

Tabela 6 – Identificação de Áreas de Melhoria

As ações a desenvolver, para cada uma das áreas de melhoria identificadas, encontram-se retratadas no Plano Anual de Atividades e Plano de Ação, a elaborar em cada ano letivo.



## 7.4. Indicadores de Verificação dos Objetivos e Metas

A definição dos Indicadores é uma condição importantíssima com vista à implementação do Sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o EQAVET.

Assim, embora o Quadro EQAVET inclua um conjunto vasto e complexo de indicadores, a Escola irá trabalhar, de acordo com orientações da ANQEP, I.P. um número reduzido de indicadores que, numa abordagem de processo-produto/resultado, permite a obtenção de informação que sustente a fase de revisão no processo cíclico de melhoria contínua da oferta de EFP. Refira-se ainda, que para além dos indicadores selecionados pela ANQEP, a escola inclui também outros, que permitem monitorizar os objetivos operacionais definidos, que constam do anexo 1.

Neste ponto, iremos centrar a análise nos indicadores EQAVET. Tendo em conta a importância da promoção do sucesso educativo de todos e de cada um dos alunos, da empregabilidade e da integração na vida ativa de uma forma sustentada, os indicadores EQAVET selecionados pela ANQEP, I.P., e adotados pela EPDFGA, para integrar o modelo nacional foram os seguintes:

- **Taxa de conclusão em cursos de EFP** (indicador n.º 4 do EQAVET) a) Percentagem de alunos/formandos que completam cursos de EFP inicial (isto é que obtêm uma qualificação) em relação ao total dos alunos/formandos que ingressam nesses cursos.
- **Taxa de colocação após conclusão de cursos de EFP** (indicador n.º 5 a) do EQAVET) a) Proporção de alunos/formandos que completam um curso de EFP e que estão no mercado de trabalho, em formação (incluindo nível superior) ou outros destinos, no período de 12-36 meses após a conclusão do curso.
- **Utilização das competências adquiridas no local de trabalho** (indicador n.º 6 do EQAVET)  
a) Percentagem de alunos/formandos que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação que concluíram.  
b3) Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os formandos que completaram um curso de EFP.

Para além dos indicadores EQAVET selecionados pela ANQEP, acima referidos, a EPDFGA, na sua estratégia de promover a qualidade das suas práticas pedagógicas procede à recolha, análise e revisão de outros indicadores, constantes do seguinte Mapa de Objetivos e Indicadores:



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS	INDICADORES
<p><b>OE1 - PROMOVER A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS E DO SUCESSO EDUCATIVO</b></p>	<p><b>OO 1.1 - Combater o absentismo e o abandono escolar</b></p>	Taxa de absentismo
		Taxa de conclusão dos cursos de Educação e Formação Profissional (EFP) em relação ao ano de ingresso
		Taxa de conclusão dos cursos de EFP em relação ao número de alunos matriculados no 3ºano
		Taxa de desistência global por ano letivo
		Taxa de Desistência no final do ciclo de formação
	<p><b>OO 1.2 - Promover a melhoria dos resultados da aprendizagem</b></p>	Volume Geral de módulos em atraso no final do ano letivo
		Percentagem de alunos com módulos em atraso no final do ano letivo
		Taxa de Sucesso da Classificação Final de Curso
		Nível de rendimento na Formação em Contexto de Trabalho (FCT)
		Nível de Rendimento da Prova de Aptidão Profissional (PAP)
Número de atividades escola/comunidade escolar que promovam o envolvimento dos alunos na vida da escola		
Número de reuniões da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)		
Número de alunos premiados com prémios de mérito		
<p><b>OO 1.3 - Promover a redução dos comportamentos de indisciplina</b></p>	Número de Registos de Ocorrência	
	Número de Participações Disciplinares	
<p><b>OE2 - CONSTRUIR A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA</b></p>	<p><b>OO 2.1 - Garantir um clima de escola propício ao processo de ensino aprendizagem;</b></p>	Número de projetos interdisciplinares de escola
		Número de alunos participantes nos projetos da escola
		Número de Assembleias de delegados de turma
	<p><b>OO 2.2- Fomentar a Educação para a Cidadania</b></p>	Número de Atividades realizadas no âmbito do Projeto Transversal de Cidadania e Desenvolvimento
		Número de reuniões da Equipa Multidisciplinar para a Cidadania
	<p><b>OO 2.3 - Fomentar a educação para a saúde</b></p>	Número de Sessões do Projeto Educação para a Saúde



<b>OE3 - FOMENTAR UMA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DE QUALIDADE</b>	OO 3.1 - Fomentar a melhoria da qualidade nos serviços, recursos e equipamentos	Número de manutenções aos equipamentos informáticos
		Número de ações de sensibilização para questões de segurança para toda a comunidade escolar
	OO 3.2 - Garantir uma correta organização dos processos pedagógicos	Número de auditorias internas realizadas
		Número de Propostas e Relatórios de Atividades
		Número de Planificações modulares/UFCD's
	OO 3.3- Promover a imagem externa da escola	Nº de ações de divulgação da escola/oferta formativa por ano letivo
		Nº de candidatos aos cursos de Educação e Formação Profissional
	OO 3.4 - Fomentar uma cultura de qualidade, responsabilidade e rigor entre os diferentes agentes educativos.	Número de docentes que participam em ações de formação
		Número de Relatórios de Avaliação Crítica de Desempenho dos docentes
		Número de não docentes que participam em ações de formação
<b>OE4 - REFORÇAR A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE</b>	OO 4.1 - Promover nas famílias uma cultura de participação responsável na vida da Escola	Taxa de Participação dos Pais e Encarregados de Educação nas Reuniões de Acompanhamento da Turma
		Número de eventos promovidos pela escola com a participação dos pais
		Grau de Satisfação dos Pais e Encarregados de Educação
	OO 4.2 - Fomentar mecanismos de aproximação e abertura da Escola à comunidade	Número de eventos em que a escola participa e/ou dinamiza
	OO 4.3 - Assegurar o reconhecimento da escola por parte da comunidade envolvente	Número de Parcerias e Protocolos com Entidades Representativas da Comunidade
		Grau de Satisfação das Entidades Parceiras



<b>OE5 - ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS DIPLOMADOS</b>	OO 5.1 - Melhorar a empregabilidade dos diplomados	<b>Taxa de Colocação após conclusão dos cursos de EFP</b>
		<b>Percentagem de diplomados que completam um Curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Formação</b>
		Número de protocolos e parcerias de colaboração de FCT
	OO 5.2 - Favorecer a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho	Número de Sessões entre a escola e as entidades empregadoras
		Número de Sessões de técnicas de procura de emprego
		<b>Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os diplomados que completaram um Curso de EFP</b>
		Grau de satisfação das entidades de acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho
		Número de visitas de estudo a possíveis entidades empregadoras
	OO 5.3- Desenvolver Projetos de Intervenção na comunidade escolar, local ou regional que fomentem o empreendedorismo	Percentagem de diplomados empreendedores
		Número de projetos de intervenção na comunidade





<b>OE6 - GARANTIR O ALINHAMENTO COM O SISTEMA DE QUALIDADE EQAVET</b>	OO 6.1- Calendarizar as atividades e atribuir responsáveis	Plano de ação
	OO 6.2- Reforçar o envolvimento dos stakeholders internos e externos	Número de Stakeholders
		Número de reuniões de Conselho Consultivo
	OO 6.3- Garantir a monitorização dos indicadores e análise de indicadores	Percentagem de Questionários respondidos pelos alunos
		Percentagem de Questionários respondidos pelos Pais/Encarregados de Educação
		Percentagem de Questionários respondidos pelos docentes
		Percentagem de Questionários respondidos pelos não docentes
		Percentagem de Questionários respondidos pelos alunos diplomados
		Percentagem de Questionários respondidos pelas Entidades de FCT
		Percentagem de Questionários respondidos pelos parceiros
	<b>Percentagem de Diplomados avaliados pelas entidades empregadoras</b>	
OO 6.4- Definir a estratégia de Comunicação/divulgação necessários à Implementação	Número de ações de divulgação do Sistema de Garantia da Qualidade EQAVET	
OO 6.5- Instruir o processo de Certificação EQAVET	Selo EQAVET	

Tabela 7 – Mapa de Objetivos e Indicadores



## 7.5. Análise Integrada dos Resultados Obtidos para os Indicadores EQAVET

De acordo com os objetivos definidos na análise estratégica da instituição apresentamos a tabela de **Objetivos, Indicadores e Metas**, no Anexo n.º 1, deste documento.

Seguem-se os resultados obtidos, para os indicadores EQAVET, referentes ao Ciclo de Formação 2019/2022.

### 7.5.1. Resultados Obtidos - Indicador EQAVET n.º 4

#### Taxa de conclusão em cursos de EFP

- a) Percentagem de alunos/formandos que completam cursos de EFP inicial (isto é que obtêm uma qualificação) em relação ao total dos alunos/formandos que ingressam nesses cursos.

Da conseqüente análise dos dados recolhidos, relativamente às turmas finalistas do ciclo de formação 2019/2022 obtiveram-se para o indicador EQAVET n.º 4 os seguintes resultados:

- **Taxa de Conclusão Ciclo de Formação 2019/2022**

Objetivo Estratégico (OE) n.º 1 PROMOVER A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS E DO SUCESSO EDUCATIVO	
Objetivo Operacional: Combater o absentismo e o abandono escolar	
INDICADOR	EQAVET n.º 4: Taxa de conclusão dos cursos de Educação e Formação Profissional (EFP) em relação ao ano de ingresso
<b>Meta prevista</b>	<b>Subir para 63%</b>
Resultado apurado Curso Profissional Técnico de Ação Educativa	75%
Resultado apurado Curso Profissional Animador Sociocultural	36%
<b>Resultado global apurado</b>	<b>54%</b>



Gráfico-9



- **Taxa de Desistência Ciclo de Formação 2019/2022**

Objetivo Estratégico (OE) n.º 1 PROMOVER A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS E DO SUCESSO EDUCATIVO	
Objetivo Operacional: Combater o absentismo e o abandono escolar	
INDICADOR	Taxa de Desistência relativamente ao número de ingressos – registada no Final do Ciclo de Formação
<b>Meta prevista</b>	<b>Descer para 30%</b>
Resultado apurado Curso Profissional Técnico de Ação Educativa	25 %
Resultado apurado Curso Profissional Animador Sociocultural	57 %
<b>Resultado global apurado Cursos Profissionais Ciclo de Formação 2019/2022</b>	<b>40 %</b>



Com a finalidade de aumentar a taxa de conclusão dos cursos e alcançar as metas delineadas, alinhadas com o quadro EQAVET, a EPDFGA apresenta ações de melhoria consubstanciadas em estratégias de atuação, para as diferentes fases do ciclo de qualidade.

### Fase de Planeamento

1. Reduzir a taxa de desistência dos cursos profissionais;
2. Reduzir a taxa de absentismo escolar;
3. Aumentar a taxa de conclusão dos módulos dos cursos profissionais;
4. Reforçar as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.



## Fase de Implementação

### 1. *Reduzir a taxa de desistência dos cursos profissionais*

#### Estratégias de atuação:

- Reforço da ação dos Orientadores Educativos de Turma, que permita identificar, avaliar e acompanhar os alunos em situação de risco, nomeadamente, alunos em vias de abandono e/ou de desistência do curso profissional, uma vez que é a figura que maior proximidade tem, com o aluno;
- Contacto regular com os encarregados de educação ou outros familiares, de forma a prevenir situações de risco de abandono/desistência e atuar em tempo útil para solucionar possíveis casos de abandono/desistência;
- Encaminhamento e acompanhamento dos alunos em situação de risco de abandono/desistência para a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), reforçando o encorajamento e a dissuasão;
- Colaborar com a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ) e o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) na identificação e resolução de problemas relacionados com o absentismo e o abandono escolar;
- Envolver os Coordenadores de Curso na recolha de dados que permitam identificar as causas das desistências, bem como proceder ao registo e estudo do perfil do aluno em risco;
- Reforçar o acompanhamento e a participação dos pais e encarregados de educação no percurso escolar dos alunos. Esta conduta pode ser materializada através da participação dos Pais e Encarregados de Educação em projetos e atividades ao nível da escola e mesmo das turmas, realização de sessões de sensibilização dos Pais/EE para a necessidade e importância de acompanharem a vida escolar dos seus educandos;
- Implementar espaços de intervenção pedagógica com desenvolvimento de projetos inovadores como meio de despertar o interesse e a autoconfiança e autoestima dos alunos, motivando-os para a conclusão dos cursos profissionais;
- Implementação de medidas de diferenciação pedagógica, de flexibilização curricular e adequação dos critérios de avaliação, tendo por referência os estilos e as características de aprendizagem dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Colaboração com os serviços especializados para maximizar o potencial dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;



- Desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

## **2. Reduzir a taxa de absentismo escolar**

### Estratégias de atuação:

- Reforço da ação dos Orientadores Educativos de Turma, que permita identificar, avaliar e acompanhar os alunos em situação de risco, nomeadamente, alunos com elevado absentismo, uma vez que é a figura que maior proximidade tem, com o aluno;
- Contacto regular com os encarregados de educação ou outros familiares, de forma a prevenir situações de excesso de faltas e atuar em tempo útil para solucionar possíveis casos problemáticos;
- Encaminhamento e acompanhamento dos alunos em situação de excesso de faltas para a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), reforçando o encorajamento e a dissuasão;
- Colaborar com a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ) e o Gabinete de ao Aluno (GAA) na identificação e resolução de problemas relacionados com o absentismo escolar;
- Envolver os Coordenadores de Curso na recolha de dados que permitam identificar as causas do excesso de faltas, bem como proceder ao registo o estudo do perfil do aluno em risco;
- Reforçar o acompanhamento e a participação dos pais e encarregados de educação no percurso escolar dos alunos. Esta conduta pode ser materializadas através da participação dos Pais e Encarregados de Educação em projetos e atividades ao nível da escola e mesmo das turmas, realização de sessões de sensibilização dos Pais/EE para a necessidade e importância de acompanharem a vida escolar dos seus educandos;
- Implementar espaços de intervenção pedagógica com desenvolvimento de projetos inovadores como meio de despoletar o interesse e a autoconfiança e autoestima dos alunos, motivando-os para a assiduidade;
- Implementação de medidas de diferenciação pedagógica, de flexibilização curricular e adequação dos critérios de avaliação, tendo por referência os estilos e as características de aprendizagem dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Realização de Planos de Planos de Recuperação (PR), em épocas definidas, no calendário escolar, para os alunos com excesso de faltas (justificadas);



- Colaboração com os serviços especializados para maximizar o potencial dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

### **3. Aumentar a taxa de conclusão dos módulos dos cursos profissionais**

#### Estratégias de atuação:

- Redefinição dos critérios de avaliação sempre que necessário;
- Colaboração do Coordenador de Curso na monitorização, sistemática, dos níveis de ensino aprendizagem de cada aluno tendo em consideração as planificações curriculares e o ritmo de aprendizagem de cada um;
- Realização de planos de recuperação das aprendizagens/módulos em atraso, mediante a aplicação de diferentes estratégias de avaliação;
- Organização de apoios específicos, aos alunos, para responder às necessidades de aprendizagem identificadas pela avaliação diagnóstica;
- Diversificação das formas de avaliação e das estratégias de superação das dificuldades, nomeadamente alterando e adaptando os instrumentos de avaliação aplicados, de acordo com os diferentes ritmos de aprendizagem;
- Desenvolver práticas inclusivas e mecanismos de acompanhamento e apoio educativo, designadamente estruturas de recuperação modular, apoios individualizados em áreas curriculares, serviço de educação especial e apoio psicopedagógico;
- Implementação de estratégias e instrumentos de autorregulação das aprendizagens que permitam aos alunos apreciar e melhorar os seus desempenhos;
- Gestão mais eficaz das atividades, dando-se prioridade a clubes e projetos que contribuam para a melhoria das aprendizagens;
- Intervenção da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), com a aplicação de condutas para maximizar o potencial dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Implementação de medidas de diferenciação pedagógica, de flexibilização curricular e adequação dos critérios de avaliação, tendo por referência os estilos e as características de aprendizagem dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão, incluindo a valorização do trabalho de projeto, as atividades práticas, o trabalho de pesquisa e a experimentação;



- Envolvência dos Pais e Encarregados de Educação, mantendo-os informados acerca das aprendizagens/dificuldades, dos seus educandos bem como na criação de uma sinergia com vista à recuperação modular;
- Atribuição de Prémios de Mérito, como incentivo à conclusão do Curso: Mérito Escolar, Esforço e Empenho, Competências Profissionais, Solidariedade e Cidadania e Assiduidade, por anos de escolaridade.

#### **4. Reforçar as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão**

##### Estratégias de atuação:

- Encaminhamento e acompanhamento dos alunos em situação de risco de abandono/desistência/dificuldades de aprendizagem e/ou de integração, pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI);
- Criar uma sinergia entre a EMAEI, o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) e a Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ), na identificação e resolução de problemas relacionados com o absentismo/abandono escolar/desistência/dificuldades de aprendizagem e/ou inclusão;
- Maior articulação entre o Gabinete de Apoio ao Aluno, a Equipa EMAEI e os orientadores educativos de turma de modo a facilitar as condutas vocacionais e profissionais dos alunos;
- Desenvolver práticas inclusivas e mecanismos de acompanhamento e apoio educativo, designadamente estruturas de recuperação modular, apoios individualizados em áreas curriculares, serviço de educação especial e apoio psicopedagógico;
- Implementação de medidas de diferenciação pedagógica, de flexibilização curricular e adequação dos critérios de avaliação, tendo por referência os estilos e as características de aprendizagem dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Colaboração com os serviços especializados para maximizar o potencial dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- Desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão dos alunos abrangidos por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.

##### **Fase de Avaliação e de Revisão**

A Equipa EQAVET tem a competência de proceder à recolha periódica dos dados obtidos, avaliando-os e comparando-os com as metas delineadas para este Indicador, de modo a verificar se estão a ser cumpridos. Caso se verifiquem desvios em relação às metas estabelecidas, dever-



se-á procurar estratégias alternativas, e delinear planos de melhoria, em colaboração com todos os Stakeholders.

### 7.5.2. Resultados Obtidos - Indicador EQAVET n. 5

#### Taxa de colocação após conclusão de cursos de EFP

- a) **Proporção de alunos que completam um curso de EFP e que estão no mercado de trabalho, em formação (incluindo nível superior) ou outros destinos, no período de 12-36 meses após a conclusão do curso.**

Tendo em conta que, para este Indicador, os dados são recolhidos, no mínimo, 12 meses após a conclusão dos cursos, os dados que se apresentam reportam ao Ciclo de Formação 2018/2021. Da conseqüente análise dos dados recolhidos, relativamente às turmas finalistas do ciclo de formação 2018/2021 obtiveram-se para o indicador EQAVET n. 5 a) os seguintes resultados:

Objetivo Estratégico (OE) n.º 5 ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS DIPLOMADOS	
Objetivo Operacional: Melhorar a empregabilidade dos diplomados	
INDICADOR	Taxa de colocação após conclusão de cursos de EFP
<b>Meta prevista</b>	<b>Aumentar para 90%</b>
Resultado apurado Curso Profissional Técnico de Ação Educativa	100%
Resultado apurado Curso Profissional Animador Sociocultural	100%
Resultado global apurado Cursos Profissionais Ciclo de Formação 2018/2021	100%

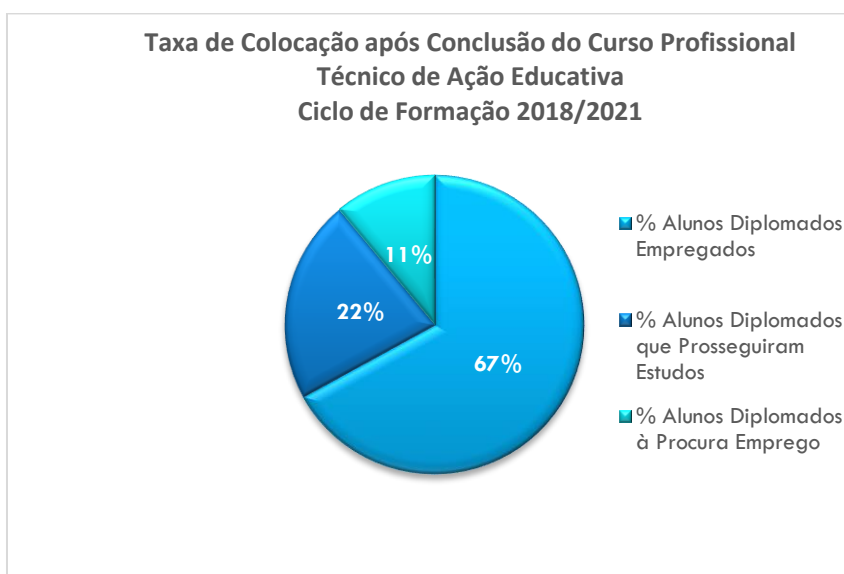


Gráfico - 11



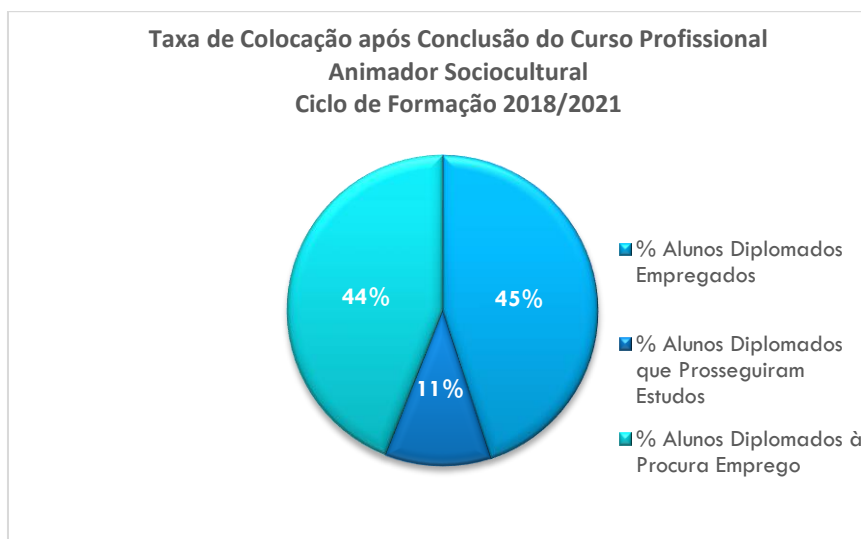


Gráfico- 12

Muito embora a meta delineada, para a taxa de colocação tenha sido superada, a EPDFGA continua com ações de reforço/melhoria contínua, consubstanciadas em estratégias de atuação, para as diferentes fases do ciclo de qualidade, pretendendo, com isso, manter os níveis atibgdos.

### Fase de Planeamento

1. *Reforçar o estabelecimento de parcerias e protocolos com Entidades/Instituições;*
2. *Reforçar as visitas de estudo a possíveis Entidades Empregadoras;*
3. *Realizar sessões de procura de trabalho dinamizadas pelo IEFP e outras instituições ligadas à integração no mercado de trabalho;*

### Fase de Implementação

1. ***Reforçar o estabelecimento de parcerias e protocolos com Entidades/Instituições***

#### Estratégias de atuação:

- Desenvolver parcerias com outras entidades/instituições a nível local, regional e nacional, para colocação de alunos em FCT, com vista a futuras entidades empregadoras;
- Incentivar a colocação de estagiários em entidades de acolhimento que recrutem alunos da escola, com maior frequência;
- Elaborar um programa de ação participada da escola junto do meio local, regional e nacional;



- Promover o funcionamento do Grupo de Apoio para a Empregabilidade (GAPE) em estreita relação com futuras entidades empregadoras;
- Estabelecer relações institucionais com instituições, organizações e órgãos de gestão política administrativa locais, nacionais e internacionais no sentido de estabelecer um leque de parcerias e protocolos.

## **2. Reforçar as visitas de estudo a possíveis Entidades Empregadoras**

### Estratégias de atuação:

- Envolvimento dos Coordenadores de Curso na elaboração de propostas para visitas de estudo, em articulação com o respetivo Plano de Ação;
- Divulgar e promover o funcionamento do Grupo de Apoio para a Empregabilidade (GAPE) em estreita relação com as Entidades/Instituições da Região;
- Facultar aos alunos contactos com o mercado de trabalho na área social e a experiência profissional;
- Estabelecer relações institucionais com Entidades, Instituições e outras Organizações;
- Promover a interligação entre a teoria e a prática, a escola e o mundo do trabalho;
- Elaborar um programa de ação participada da escola junto do meio local, regional e nacional;

## **3. Realizar sessões de procura de trabalho dinamizadas pelo IEFP e outras organizações ligadas à integração no mercado de trabalho;**

### Estratégias de atuação:

- Apostar na formação integrada para desenvolvimento de competências ao nível da empregabilidade (role-play de entrevistas pessoais, técnicas de procura ativa de emprego, técnicas de elaboração do Europass, entre outros);
- Estimular a autoconfiança e a motivação, através da aplicação das técnicas e estratégias de procura ativa de emprego;
- Proporcionar o conhecimento do canal de comunicação escola-mercado de trabalho;
- Divulgação dos programas e medidas de apoio existentes, ao nível do IEFP;
- Fomentar o empreendedorismo através da dinamização de projetos de intervenção na comunidade;
- Contribuir para o aumento da criação do próprio emprego através do incentivo à elaboração de Provas de Aptidão Profissional empreendedoras.



## Fase de Avaliação e Revisão

A Equipa EQAVET tem a competência de proceder à recolha periódica dos dados obtidos, avaliando-os e comparando-os com as metas delineadas para este Indicador, de modo a verificar se estão a ser cumpridos. Caso se verifiquem desvios em relação às metas estabelecidas, deverá procurar estratégias alternativas, e delinear planos de melhoria, em colaboração com todos os Stakeholders.

### 7.5.3. Resultados Obtidos - Indicador EQAVET n.º 6

#### Utilização das competências adquiridas no local de trabalho

- a) Percentagem de alunos diplomados que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Educação e Formação que concluíram.

Da conseqüente análise dos dados recolhidos, relativamente às turmas finalistas do ciclo de formação 2018/2021 obtiveram-se para o indicador EQAVET n.º 6 a) os seguintes resultados:

Objetivo Estratégico (OE) n.º 5 ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS DIPLOMADOS	
Objetivo Operacional: Melhorar a empregabilidade dos diplomados	
INDICADOR	Percentagem de alunos diplomados que completam um Curso de EFP e que trabalham em <b>profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Formação</b> que concluíram
Meta prevista	Aumentar para 65%
Resultado apurado Curso Profissional Técnico de Ação Educativa	75%
Resultado apurado Curso Profissional Animador Sociocultural	25%

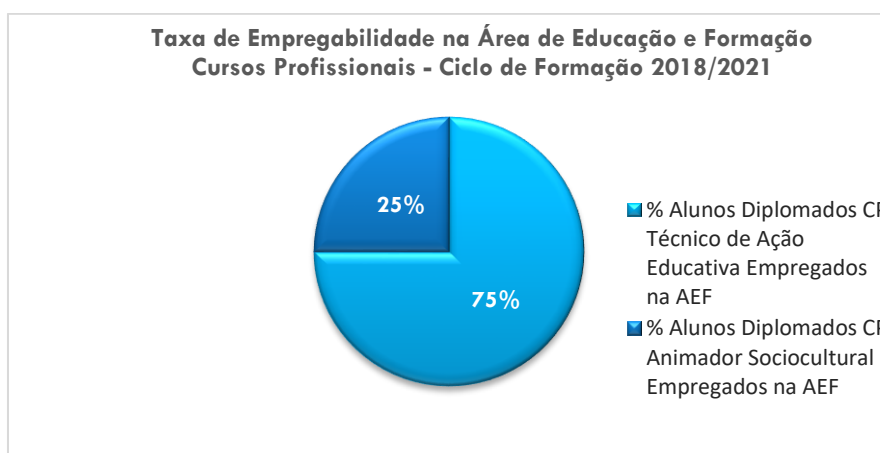


Gráfico n.º 13



Com a finalidade de **aumentar a Percentagem de alunos que completam um curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o curso/área de Educação e Formação que concluíram** e, ainda, avaliar a utilização das competências adquiridas, bem como alcançar as metas delineadas, alinhadas com o quadro EQAVET, a EPDFGA apresenta ações de melhoria consubstanciadas em estratégias de atuação, para as diferentes fases do ciclo de qualidade.

### **Fase Planeamento**

- 1. Reforçar e adequar as competências do aluno às necessidades do mercado de trabalho, na respetiva área de formação com vista à integração profissional;*
- 2. Aumentar e diversificar a rede de parcerias e protocolos com Entidades e Instituições, cuja área de atuação é afim aos Cursos de EFP ministradas, na EPDFGA;*
- 3. Intensificar e monitorizar o contacto com as entidades empregadoras.*

### **Fase de Implementação**

- 1. Reforçar e adequar as competências do aluno às necessidades do mercado de trabalho, na respetiva área de formação com vista à integração profissional;***

#### Estratégias de Atuação:

- Os Coordenadores de FCT devem proporcionar a colocação dos alunos em FCT/FCT, nas Entidades de Acolhimento de FCT que mais se adequam ao perfil de desempenho e de competências do aluno;
- Com base em dados obtidos devem os Coordenadores de FCT, em articulação com os Coordenadores de Curso, promover os necessários ajustamentos das competências do aluno às diversas atividades a realizar durante o FCT e às exigências do mercado de trabalho.

- 2. Aumentar e diversificar a rede de parcerias e protocolos com Entidades e Instituições, cuja área de atuação é afim aos Cursos de EFP ministradas, na EPDFGA;***

#### Estratégias de Atuação:

- Incrementar a rede de parcerias e protocolos com outras entidades/instituições a nível local, regional e nacional, para colocação de alunos em FCT, em áreas de formação específicas;



- Promover o funcionamento do Grupo de Apoio para a Empregabilidade (GAPE) em estreita relação com futuras entidades empregadoras, preferencialmente que atuem na área de formação da EFP ministrada.

### **3. Intensificar e monitorizar o contacto com as entidades empregadoras cuja área de atuação é afim aos Cursos de EFP ministrados na EPDFGA**

#### Estratégias de Atuação:

- Intensificar a relação entre a escola e as entidades empregadoras através de sessões, na própria escola;
- Promover visitas de estudo às várias entidades/instituições, futuras empregadoras;
- Promover a articulação entre os Coordenadores de FCT e as Entidades de Acolhimento de FCT, futuras entidades empregadoras, no sentido de recolherem sugestões e/ou recomendações a contemplar no plano de competências dos alunos;
- Potenciar a relação entre a escola e as Entidades de Acolhimento de FCT, futuras empregadoras.

#### **Fase de Avaliação e de Revisão**

A Equipa EQAVET tem a competência de proceder à recolha periódica dos dados obtidos, avaliando-os e comparando-os com as metas delineadas para este Indicador, de modo a verificar se estão a ser cumpridos. Caso se verifiquem desvios em relação às metas estabelecidas, dever-se-á procurar estratégias alternativas, e delinear planos de melhoria, em colaboração com todos os Stakeholders.

#### **7.5.4. Resultados Obtidos - Indicador EQAVET n. º6**

##### **Utilização das competências adquiridas no local de trabalho**

##### **b3) Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os Alunos que completaram um curso de EFP**

Da conseqüente análise dos dados recolhidos, relativamente às turmas finalistas do ciclo de formação 2018/2021 obtiveram-se para o indicador EQAVET n. º 6 b3) os seguintes resultados:



Objetivo Estratégico (OE) n.º 5 ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS DIPLOMADOS	
Objetivo Operacional: Favorecer a aproximação entre a Escola e o Mundo do Trabalho	
INDICADOR	Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os Alunos Diplomados que completaram um curso de EFP
<b>Meta prevista</b>	<b>98%</b>
Resultado apurado Curso Profissional Técnico de Ação Educativa	96%
Resultado apurado Curso Profissional Animador Sociocultural	96%

Com a finalidade de manter o grau de **satisfação dos empregadores**, quanto às competências adquiridas pelos alunos diplomados a EPDFGA apresenta ações de melhoria contínua consubstanciadas em estratégias de atuação, para as diferentes fases do ciclo de qualidade.

### Fase de Planeamento

1. *Atualizar periodicamente os conhecimentos técnicos ministrados na escola com a introdução de práticas pedagógicas inovadoras ao nível da componente técnica e tecnológica, exigidas pelo mercado de trabalho;*
2. *Monitorizar a utilização das competências adquiridas no local de trabalho pelos diplomados dos cursos profissionais;*
3. *Intensificar e monitorizar o contacto com as entidades empregadoras.*

### Fase de Implementação

1. *Atualizar periodicamente os conhecimentos técnicos ministrados na escola com a introdução de práticas pedagógicas inovadoras ao nível da componente técnica e tecnológica, exigidas pelo mercado de trabalho;*

#### Estratégias de atuação:

- Realização de visitas a entidades/instituições no sentido de se estabelecer uma comparação entre os conteúdos oferecidos pela escola e as reais necessidades do mercado de trabalho;
- Realização de sessões de trabalho com a intervenção dos coordenadores de curso e dos representantes das instituições com o objetivo de se implementar práticas inovadoras que vão ao encontro das exigências, também elas em constante mudança, do mercado de trabalho;



- Introdução de novas técnicas e/ou conceitos sugeridos/propostos pelas entidades de acolhimento de FCT.

**2. Monitorizar a utilização das competências adquiridas no local de trabalho pelos diplomados dos cursos profissionais;**

Estratégias de atuação:

- Aplicação de questionários de satisfação às entidades empregadoras;
- Aplicação de questionários aos alunos diplomados empregados;
- Análise e tratamento das sugestões e recomendações identificadas, pelos respetivos empregadores.

**3. Intensificar e monitorizar o contacto com as entidades empregadoras.**

Estratégias de atuação:

- Intensificar a articulação entre a escola e as entidades empregadoras com vista a um acerto de competências consideradas necessárias e adequadas ao que é exigido;
- Manter um contacto periódico e de proximidade entre o Gabinete de Apoio para a Empregabilidade e as Entidades Empregadoras.

**Fase de Revisão/Avaliação**

A Equipa EQAVET tem a competência de proceder à recolha periódica dos dados obtidos, avaliando-os e comparando-os com as metas delineadas para este Indicador, de modo a verificar se estão a ser cumpridos.

Caso se verifiquem desvios em relação às metas estabelecidas, dever-se-á procurar estratégias alternativas, e delinear planos de melhoria, em colaboração com todos os Stakeholders.



## 8. STAKEHOLDERS RELEVANTES PARA A ESCOLA

### 8.1. Stakeholders Internos e Externos

Stakeholders	
Designação	Tipologia
Direção da Escola	Interno
Mesa Administrativa da SCMF	Interno
Conselho Administrativo	Interno
Conselho de Direção	Interno
Conselho Pedagógico	Interno
Conselho de Turma	Interno
Alunos	Interno
Coordenadores de Curso	Interno
Orientadores Educativos de Turma	Interno
Coordenadores de Formação em Contexto de Trabalho	Interno
Orientadores de Provas de Aptidão Profissional e de Provas de Avaliação Final	Interno
Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) “Espaço dos Afetos”	Interno
Pessoal não Docente	Interno
Ministério da Educação	Externo
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	Externo
ANESPO – Associação Nacional das Escolas Profissionais	Externo
Pais e Encarregados de Educação	Externo
Autarquia	Externo
Juntas de Freguesia	Externo
Entidades de Acolhimento de FCT – Formação em Contexto de Trabalho	Externo
Entidades Empregadoras	Externo
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	Externo
Media	Externo
Bombeiros Municipais de Faro	Externo
Unidade de Cuidados na Comunidade ACES Central – ARS Algarve	Externo
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – CPCJ	Externo
Escola Segura – Polícia de Segurança Pública (PSP)	Externo

Tabela - 8 – Stakeholders Internos e Externos EPDFGA

No **Anexo 2**, do presente documento, encontra-se uma LISTAGEM DOS STAKEHOLDERS INTERNOS E EXTERNOS, suas competências e momentos de envolvimento.





## 9. REDES, PARCERIAS E PROTOCOLOS

A dinâmica do projeto educativo visa, fundamentalmente, o envolvimento e a participação de cada um e de todos na construção de uma Escola que se quer dinâmica, humanizada, participada/participante e inclusiva.

A Escola deve ser entendida como um espaço privilegiado de partilha de saberes e de experiências entre todos os intervenientes da comunidade educativa. Reconhecer, respeitar e valorizar os diferentes contributos leva à construção de uma escola onde todos têm o seu lugar, onde todos são necessários.

Neste sentido, entender a escola como espaço de diálogo e de construção de consensos é fundamental para que ela também possa ser um lugar privilegiado para a aquisição e desenvolvimento de competências a nível da cidadania.

O envolvimento das entidades parceiras na dinâmica educativa da escola é fundamental uma vez que é desta relação que se promove a realização de atividades conjuntas bem como a realização da Componente de Formação em Contexto de Trabalho e das Provas de Aptidão Profissional e a inserção dos nossos diplomados no mercado de trabalho.

Todas as parcerias estabelecidas têm-se revelado muito positivas, quer na relação com a comunidade educativa, quer na procura de resposta às necessidades da população discente, nomeadamente no que concerne à sua contribuição ao nível da empregabilidade dos jovens diplomados.

<b>PARCEIROS</b>	<b>ÂMBITO DA PARCERIA</b>
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares da Região Algarve	Coordenação, orientação, monitorização e acompanhamento
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	Orientação e monitorização
Município de Faro	Cooperação
Museu Municipal de Faro	Cooperação
Segurança Social – Delegação do Algarve	Cooperação
Mercado Municipal de Faro	Cooperação
União Juntas de Freguesia Sé e São Pedro	Cooperação
Direção Regional da Cultura - Algarve	Cooperação
Unidade de Cuidados na Comunidade ACES Central – ARS Algarve	Cooperação
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJ	Cooperação
PSP – Escola Segura	Cooperação
ANESPO Associação Nacional de Escolas Profissionais	Cooperação
ANASC Associação Nacional de Animadores Socioculturais	Cooperação
União das Misericórdias Portuguesas	Cooperação



Biblioteca Municipal de Faro	Colaboração de FCT e PAP Projetos
Casa da Cultura e Juventude de Faro	Colaboração de FCT e PAP
Município de S. Brás de Alportel	Colaboração de FCT e PAP
Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel	Colaboração de FCT e PAP
Instituto de Emprego e Formação Profissional – Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Cooperação e colaboração
Instituto Português do Desporto e da Juventude (IDPJ)	Colaboração de FCT e PAP Projetos
Universidade do Algarve	Cooperação
Centro de Ciência Viva do Algarve	Colaboração de FCT e PAP Projetos
AAPACDM – Associação Algarvia Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais	Colaboração de FCT e PAP Projetos
ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve	Colaboração de FCT e PAP Projetos
Fundação António Silva Leal	Colaboração de FCT e PAP
Agrupamento de Escolas de São Brás	Colaboração de FCT e PAP
Centro Comunitário São Martinho de Estói	Colaboração de FCT e PAP
Centro Comunitário António Aleixo – Quarteira	Colaboração de FCT e PAP
Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho	Colaboração de FCT e PAP
Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Colaboração de FCT e PAP
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Faro-Loulé	Colaboração de FCT e PAP
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Tavira	Colaboração de FCT e PAP
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Fuzeta Moncarapacho	Colaboração de FCT e PAP
Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	Colaboração de FCT e PAP
Instituto D. Francisco Gomes – Casa dos Rapazes	Colaboração de FCT e PAP
Cáritas Diocesana do Algarve	Colaboração de FCT e PAP
Refúgio Aboim Ascensão	Colaboração de FCT e PAP
Associação “In Locco”	Colaboração de FCT e PAP
DEVIR – Atividades Recreativas	Cooperação
Fundação Lucinda Anino dos Santos – Lagos	Colaboração de FCT e PAP
Centro Cultural e Social da Paróquia de S. Martinho de Estói	Colaboração de FCT e PAP
Lar de Idosos Semear Afetos (Faro)	Colaboração de FCT e PAP
ACASO – Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão	Colaboração de FCT e PAP
MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida	Colaboração de FCT e PAP
APF Algarve – Associação para o Planeamento da Família	Colaboração de FCT e PAP
Associação Sê Mais Sê Melhor	Colaboração
GATO – Grupo de Ajuda Toxicodependentes	Colaboração de FCT e PAP
CIM Faro – Acolhimento e Animação de Idosos	Colaboração de FCT e PAP
ARPI Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro	Colaboração de FCT e PAP
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Colaboração Projetos
NECI – Núcleo da Criança Inadaptada de Portimão	Colaboração de FCT e PAP
PROVETUS – Associação em prol da 3ª idade	Colaboração de FCT e PAP
Centro Social e Cultural João de Deus – São Bartolomeu de Messines	Colaboração de FCT e PAP
Centro Comunitário Acampamento Azul – Pechão - Olhão	Colaboração de FCT e PAP
APEXA – Associação de Apoio à Pessoa Excecional - Albufeira	Colaboração de FCT e PAP
EVA – Transportes	Colaboração
Casa da Cultura de Olhão	Colaboração de FCT e PAP e Projetos
Centro Infantil do Centro Hospitalar do Algarve	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil - O Relógio – Instituto D. Francisco Gomes – Faro	Colaboração de FCT e PAP

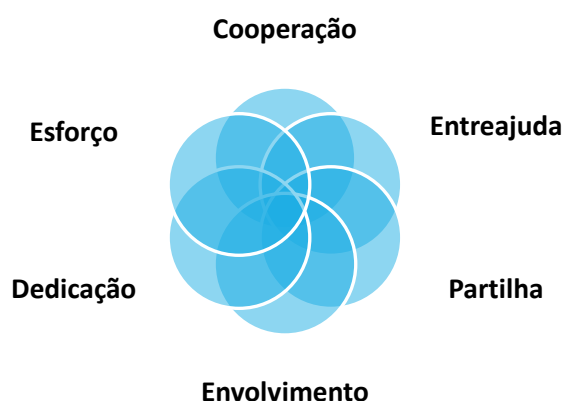


Centro Infantil Os Amorzinhos	Colaboração de FCT e PAP
Infantário A Minha Casinha	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Despertar	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil Planeta da Fantasia Montenegro	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Catraios	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Arco-íris Faro	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil da SCMF	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil da Torre de Natal – SCMF – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Externato Menino Jesus – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil da Casa de Santa Isabel – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil Bela Infância – Montenegro	Colaboração de FCT e PAP
Infantário A Turma dos Traquinas	Colaboração de FCT e PAP
Colégio Bernardette Romeira – Olhão	Colaboração de FCT e PAP
Sítio do Bebê – São Brás de Alportel	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Os Meninos da Vila – Moncarapacho	Colaboração de FCT e PAP
Centro de Bem Estar Infantil Nossa Senhora de Fátima - Faro	Colaboração de FCT e PAP
Jardim de Infância Nossa Senhora do Carmo – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Centro Infantil O Giroflé – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Gente Gira – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Bom Dia – Faro	Colaboração de FCT e PAP
Infantário Pau de Giz – Faro	Colaboração de FCT e PAP

Tabela 9 – Listagem de Parceiros EPDFGA

## 10. PROJETOS PERSPETIVADOS FACE À OFERTA DE QUALIFICAÇÃO INICIAL DE JOVENS

- **Projeto Transversal de Cidadania e Desenvolvimento: “Futuro em Construção!”**



Cidadania e Desenvolvimento assume-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional: na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.



A Escola vai implementar um Projeto no Domínio Transversal de Cidadania e Desenvolvimento por forma a cumprir o Plano de Formação de acordo com Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 julho.

De entre os domínios obrigatórios da Educação para a Cidadania, a desenvolver na componente de Cidadania e Desenvolvimento a escola vai trabalhar todos os domínios obrigatórios: **Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa), Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Saúde.**

Quanto aos domínios opcionais da Educação para a Cidadania, a escola optou por trabalhar o **Empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social), o Mundo do trabalho e o Voluntariado.**

O Projeto visa a realização de diversas atividades no âmbito da relação formação/mundo do trabalho; formação/prosseguimento de estudos; formação/empreendedorismo; formação/entidades de acolhimento e futuras entidades empregadoras; formação/sustentabilidade; formação/igualdade de oportunidades; formação/inclusão e formação/integração.

O decorrer do projeto pressupõe a participação da escola na “Futurália – Feira de Oferta Educativa, Formativa e Empregabilidade”, na FIL, em Lisboa, nos dias 22 e 23 de março de 2023 e no OPTO – Feira da Educação e Formação, em Albufeira, em abril de 2023.

A implementação deste projeto implica a capacidade docente de gerir os desafios e complexidade dos contextos educativos e de fazer escolhas adequadas a partir de diferentes estratégias de ensino e aprendizagem ajustadas às idades, maturidade, aptidões e diversidade dos/as alunos/as.

São objetivos gerais:

- Trabalhar competências pessoais e sociais nos alunos, através de atividades escolares letivas e/ou não letivas, potenciadoras do seu pleno desenvolvimento.
- Criar dinâmicas capazes de promover o pensamento crítico e competências de participação ativa.
- Envolver os alunos em ações de intervenção cívica na escola.
- Aprofundar os laços com entidades ou indivíduos da comunidade.
- Criar novas parcerias com entidades da comunidade.

São objetivos específicos:



- Incentivar os alunos a conhecer, refletir e problematizar conceitos essenciais relacionados com: trabalho digno; segurança e saúde no trabalho; trabalho, igualdade de oportunidades e não discriminação; fatores individuais e fenómenos de grupo numa organização; transição para o mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos.
- **Projeto Educação para a Saúde (PES)**

O projeto de Educação para a Saúde da Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da SCMF, integrado no Projeto Educativo da Escola, visa promover a concretização dos objetivos



de

estabelecidos, pretendendo uma maior consciencialização de toda a comunidade educativa da importância das diferentes dimensões da saúde, numa perspetiva holística, fomentando o desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis, a valorização de comportamentos positivos que conduzam a estilos de vida saudáveis e a criação de condições ambientais de uma escola promotora de saúde.

São Objetivos Gerais do PES:

- ✓ Promover a literacia em Saúde;
- ✓ Melhorar o estado de saúde global dos jovens;
- ✓ Desenvolver a consciência cívica de toda a comunidade como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, ativos e intervenientes;
- ✓ Promover as práticas alimentares relacionadas com a dieta mediterrânica e a atividade física regular como formas de prevenir a emergência de doenças do comportamento alimentar;
- ✓ Inverter a tendência crescente de perfis de doenças associadas a uma deficiente nutrição;
- ✓ Promover a saúde oral;
- ✓ Conhecer consequências do consumo de tabaco e outras substâncias aditivas;
- ✓ Promover ações de sensibilização que previnam comportamentos de risco;
- ✓ Sensibilizar para a importância das medidas preventivas visando o melhor estado de saúde;



- ✓ Inserir a Educação Sexual e Afetiva no contexto da Escola Promotora de Saúde;
- ✓ Contribuir para a redução das possíveis consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as infeções Sexualmente Transmissíveis;
- ✓ Contribuir para a tomada de decisões saudáveis na área da sexualidade;
- ✓ Desenvolver parcerias que possibilitem um trabalho em rede e permitam organizar equipas multiprofissionais responsáveis pela implementação deste Projeto. Esta articulação deverá preferencialmente incluir a Associações de Pais, a Autarquia, as Forças de Segurança e entidades locais de Saúde;
- ✓ Dinamizar um espaço (GAA) onde seja possível o aconselhamento, individual ou em grupo, mantendo uma relação de confiança e sigilo;
- ✓ Promover a importância da Saúde Mental;
- ✓ Sensibilizar os diversos elementos da comunidade educativa para a necessidade da Educação para a Saúde, fomentando a sua participação ativa e envolvimento neste projeto;
- ✓ Reforçar a componente humanista da vivência escolar, pela promoção e/ou reforço das interações positivas entre todos os elementos da comunidade escolar e educativa;
- ✓ Propiciar o crescimento em liberdade e responsabilidade, para a adoção de estilos de vida saudáveis, na conquista de autonomias e do espírito crítico e autocrítico;
- ✓ Identificar os vários tipos de comportamentos relacionados com a violência;
- ✓ Contribuir para a definição de políticas claras em matéria de consumos de substâncias psicoativas;
- ✓ Prevenir o consumo destas substâncias em meio escolar;
- ✓ Ensinar/aprender a dizer NÃO a estilos de vida nocivos da vida;
- ✓ Inverter a tendência crescente de perfis de doenças associadas a uma deficiente nutrição;
- ✓ Contribuir para uma melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais entre os jovens;
- ✓ Contribuir para a tomada de decisões saudáveis na área da sexualidade;
- ✓ Inserir a Educação Sexual e Afetiva no contexto da Escola Promotora de Saúde;
- ✓ Formar uma ideia ajustada de si mesmos, fortalecendo a autoestima e fomentando a comunicação, a compreensão e o respeito pelos outros;
- ✓ Contribuir para a formação de cidadãos livres, responsáveis e intervenientes no meio em que vivem.

A Educação para a Saúde íntegra as seguintes áreas:



- Educação Alimentar e Atividade Física.
- Afetos e Educação para a Sexualidade.
- Comportamentos Aditivos e Dependências.
- Saúde Mental e Prevenção da Violência.

- **Erasmus+**

A EPDFGA encontra-se a estabelecer uma parceria com a FMETS EXPERIENCE, empresa com sede em Itália e com a missão de facilitar e apoiar organizações públicas e privadas no quadro de iniciativas europeias. Esta parceria tem como finalidade a elaboração de uma candidatura para a Acreditação Erasmus+ KA1, para o ano letivo 2023-2024. Esta candidatura à ação chave 1 - Mobilidade para aprendizes e pessoal no ensino e formação profissional destina-se à mobilidade internacional de alunos em estágio curricular, em Itália e a formação de professores na Irlanda.



- **Projeto de Natal**

A Educação deve responder às necessidades sociais, preparando os educadores para desempenhar as funções para as quais são chamados a cumprir na sociedade. Os profissionais da Educação, portanto, exercem um papel relevante no processo de ensino-aprendizagem, ao lidar com o conhecimento de forma interdisciplinar e contextualizada. O projeto de Natal, da Escola, visa a seleção e organização de diretrizes norteadas por atividades pedagógicas, com a finalidade de desempenhar um trabalho que leve os alunos a vivenciar o amor e o respeito pelas pessoas e pela natureza, e que possibilite a prática de boas ações e sua continuação diária, de forma que entendam a importância fundamental do Natal para todos de forma participativa e descontraída.



O Natal visa, sobretudo, a união familiar e o desejo de que todas as famílias tenham acesso a direitos básicos, daí que, qualidades como a bondade, o amor, a caridade e o respeito são intensamente pregados durante essa época do ano, por isso, é fundamental destacar que essa data vai muito além dos interesses comerciais.



#### Atividades a desenvolver:

- ✓ Festa de Natal “À procura de um Pinheiro” – Musical adaptado pela Professora Andrea Timor, com a participação de todas as turmas da escola.
- ✓ Presépio ao vivo – representado por alunos da escola e localizado frente à Igreja da Misericórdia (Jardim Manuel Bívar), nos dias 15 e 16 de dezembro.
- ✓ Animação de Natal, com música e dramatização, em Instituições de Solidariedade Social, na área da infância e com oferta de presentes de natal elaborados pelas alunas das turmas do 2º e 3º anos de Técnico de Ação Educativa, com materiais recicláveis e reutilizáveis, na disciplina de Técnica Pedagógica e Intervenção Educativa. A realizar durante o mês de dezembro.

#### São objetivos do Projeto:

- ✓ Recordar a tradição do Natal, costumes e tradições;
- ✓ Promover a participação das famílias e comunidade na vida escolar;
- ✓ Viver o espírito do Natal e o seu significado;
- ✓ Promover a socialização e a cidadania;
- ✓ Desenvolver o espírito de solidariedade e fortalecer laços e relações entre todos;
- ✓ Desenvolver nos alunos a capacidade criativa;
- ✓ Desenvolver os valores da partilha e amizade;
- ✓ Confraternizar;
- ✓ Promover a alegria.

- **“Voltar à Escola”**

“Voltar à Escola” é um projeto de natureza interdisciplinar em parceria com o Gabinete de Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Faro, que pretende implementar a intergeracionalidade e, este ano letivo, conta com a participação dos alunos do Curso de Animador Sociocultural, da Escola Profissional, como promotores/ dinamizadores, e dos idosos do Lar e Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Faro, como destinatários. Este projeto conta com a orientação dos professores







das disciplinas de Animação Sociocultural, de Área de Estudo da Comunidade e de Área de Integração e com a colaboração da restante equipa pedagógica.

O Projeto “Voltar à Escola” tem como objetivos:

- ✓ Compartilhar as suas experiências;
- ✓ Despertar a memória;
- ✓ Estimular a fala;
- ✓ Perceber a saudade como sendo um sentimento positivo;
- ✓ Reviver as lembranças vividas;
- ✓ Estimular a criatividade;
- ✓ Estimular a capacidade de contar a sua história;
- ✓ Estabelecer a importância que a sua história tem;
- ✓ Preservar as lembranças;
- ✓ Fomentar a aproximação, a alegria e o companheirismo;
- ✓ Criar um elo de amizade;
- ✓ Valorizar a autoestima;
- ✓ Melhor interação com os outros.

A articulação com a técnica do Gabinete de Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Faro, permite-nos averiguar acerca do grau de motivação do público-alvo, e do impacto deste projeto na vida dos seus destinatários e do meio envolvente.

- **Projeto Peça de Teatro pelo “Teatro Viva da APPC Faro”**

O Projeto Peça de Teatro pelo “Teatro Viva da APPC” resulta da parceria entre a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, de Faro e a Escola Profissional D. Francisco Gomes de Avelar da SCMF.

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro (APPC Faro) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de e

para pessoas com deficiência, fundada em 1982 por um grupo de pais e técnicos. Intervém no





âmbito da prevenção, diagnóstico, avaliação e (re) habilitação do cidadão com Paralisia Cerebral, situações neurológicas afins e perturbações do desenvolvimento.

Este projeto tem por objetivo, ao nível da cooperação entre os alunos da escola e os clientes da APPC, na atividade lúdico-terapêutica de Teatro, apoiar o Grupo de Teatro Viva da APPC Faro, tendo em conta as competências e funcionalidade dos clientes da APPC, de forma a mantê-los ativos, interessados e integrados no meio envolvente.

Para além disso, ainda se pretende, a criação de condições de cooperação entre as entidades parceiras de modo que as relações de colaboração e intercâmbio permitam uma conjugação de ações que originem benefícios para ambas as partes.

Para a realização deste projeto, os alunos do Curso Profissional de Animador Sociocultural, turmas do 2º e 3º ano, acompanhados pelas professoras de Animação Sociocultural e de Expressão Corporal/Dramática e Musical, deslocam-se, semanalmente, às Instalações da APPC Faro, para a dinamização das atividades, junto dos clientes, daquela instituição.

O resultado final será a produção de uma peça de teatro, pelo “Teatro Viva da APPC”, em que os atores, clientes da APPC e alunos da Escola Profissional, irão apresentar em diversos palcos. Está previsto uma apresentação inicial, no IPDJ, de Faro, em abril de 2023.

## 11. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A recolha e análise dos dados necessários para a determinação dos indicadores e descritores é da competência da Equipa da Qualidade EQAVET, em articulação com os Stakeholders, internos e externos que resume, anualmente, no Relatório de Autoavaliação do Plano Anual de Atividades e Plano de Ação toda a informação necessária para a avaliação dos indicadores definidos.

A avaliação das aprendizagens é monitorizada, ao longo o ano, através dos Orientadores Educativos de Turma e formalizada no final de cada um dos três períodos letivos, em reuniões de Conselho de Turma, onde têm assento todos os docentes da turma, sob a presidência do Orientador Educativo de Turma.

Nestes balanços trimestrais recolhem-se dados referentes à assiduidade, ao comportamento, ao abandono escolar/desistências, à conclusão dos módulos vs módulos em atraso, à progressão no curso, à conclusão do curso, às necessidades de reforço de aprendizagem/necessidade de



aplicação de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão, ao rendimento da FCT, ao rendimento da PAP, entre outros. Este processo de recolha e de feedback conduz ao levantamento de dados que nos permite fazer a avaliação do Indicador n.º 4.

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT) é registada em reunião de Conselho de Turma, transmitida pelo Coordenador de FCT, depois de aferida e ponderada a avaliação dos resultados dos alunos através do coordenador de FCT, da parte da escola e do orientador de FCT, da parte da entidade de acolhimento onde os alunos realizaram a sua Formação em Contexto de Trabalho. A avaliação da Prova de Aptidão Profissional (PAP), é realizada pela equipa do júri de avaliação composta por Stakeholders internos, professores orientadores da PAP, Coordenador de Curso e Presidente do Conselho Pedagógico e por Stakeholders externos, nomeadamente Representante da Entidade/Instituição de acolhimento e representantes do tecido social local.

O Grupo de Apoio para a Empregabilidade, é responsável pela monitorização e recolha de dados relativos ao percurso pós-formação dos alunos diplomados, nomeadamente a percentagem de alunos empregados, na área e fora da área de formação, percentagem de alunos que prosseguiram estudos, percentagem de alunos desempregados e percentagem de alunos em situação desconhecida. Esta informação resulta da aplicação de Questionários aos ex-alunos, às Entidades de Acolhimento de FCT e, ainda, às Entidades Empregadoras.

Também são obtidos, através desta metodologia de recolha, dados acerca da satisfação dos empregadores para com os nossos diplomados. Este processo de recolha e de feedback conduz ao levantamento de dados que nos permite fazer a avaliação dos Indicadores n.º 5, n.º.6 a) e n.º 6 b3).

Os dados relativos à aprendizagem e inclusão resultantes da aplicação de medidas de apoio específicas são apresentados, através de relatórios, pela Equipa Multidisciplinar EMAEI.

### **11.1 Estratégia de monitorização de processos e resultados**

Uma vez realizada a recolha de dados é importante monitorizar os mesmos, no processo de autoavaliação, numa lógica conducente não só à identificação das melhorias que são necessárias, mas também à promoção de mudanças que assegurem a qualidade da oferta de educação e formação da EPDFGA.

A Equipa da Qualidade EQAVET é responsável por promover a monitorização do Sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o EQAVET, promovendo a recolha de dados e a análise sistemática dos resultados alcançados sobre a atividade desenvolvida, bem como deixar refletir



esse exercício na melhoria contínua das práticas de gestão da EFP, convertendo os respetivos resultados em ações de melhoria.

O ciclo de garantia e melhoria da qualidade reúne quatro fases, sequenciais e interdependentes de aprendizagem e melhoria contínua o que prevê a monitorização e a avaliação com base em processos, quer de autoavaliação da prática educativa da Escola, quer de heteroavaliação, com enfoque especial na melhoria dos processos ensino-aprendizagem.

Os Ciclos de Qualidade EQAVET repetem-se, sucessivamente, com vista à melhoria contínua da EFP, sendo possível efetuar uma análise SWOT, em cada um dos momentos de avaliação na qual se identificam os pontos fortes e os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, conducentes à redefinição de estratégias, objetivos e metas e à formulação de novos planos de ação, os quais se ajustam à fase de Revisão.

Para assegurar a monitorização dos processos e proporcionar uma avaliação efetiva conducente a resultados expressos em ações de melhoria, a escola apoia-se em documentos de planeamento, como o Plano Anual de Atividades e Plano de Ação, elaborados por ano letivo, operacionalizados a partir do Projeto Educativo, elaborado por triénio, no Relatório de Autoavaliação do Plano Anual de Atividades e Plano de Ação e nos Relatórios de Progresso Anual EQAVET, elaborados por ano letivo e que permitem verificar o cumprimento dos objetivos e das metas delineadas a partir dos dados provenientes das equipas pedagógicas, equipas de apoio à empregabilidade, equipas multidisciplinares e, ainda de stakeholders externos.

O Plano Anual de Atividades e Plano de Ação são revistos trimestralmente, proporcionando a introdução de processos de melhoria, atempadamente.

Para se efetivar esta monitorização é necessário estreitar as relações com os respetivos intervenientes nos processos de garantia da qualidade, nomeadamente Stakeholders internos e Stakeholders externos, permitindo assegurar a recolha atempada de dados conducente à definição de ações de melhoria.

## 11.2. Metodologias para análise dos resultados

A EPDFGA procede à recolha de dados (quantitativos e qualitativos) e em colaboração com os *stakeholders* internos (alunos, professores/formadores, outro pessoal) e externos (pais/encarregados de educação, parceiros sociais, empregadores, autoridades locais, entre outros), transforma-os primeiro em informação e, posteriormente, no conhecimento necessário

para formular juízos que irão servir de base à tomada de decisões e a ações no sentido de melhorar a qualidade da oferta de EFP.

Esta hierarquia (dados, informação, conhecimento, formulação de juízos) transporta-nos para a **Hierarquia DIKW** (do inglês **Data-Information-Knowledge-Wisdom**) também conhecida como Pirâmide do Conhecimento. Basicamente, trata-se de um sistema hierárquico em que existem quatro pilares: **Dados, Informação, Conhecimento e Sabedoria**.

Este conceito é muito relevante para se desenvolver um trabalho bem organizado e com bons resultados, ou seja, em cada passo proposto por este sistema de aprimoramento, estamos a caminhar para obter sucesso, encontrar soluções, tomando como ponto de partida o uso correto dos nossos conhecimentos acumulados.

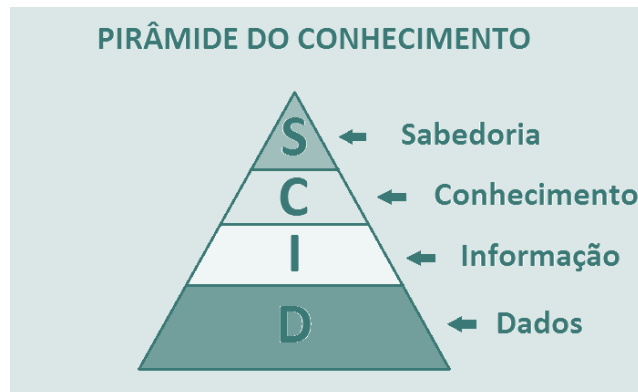


Fig. 5 - Pirâmide do Conhecimento

A metodologia utilizada assenta num processo de recolha e análise periódica dos dados obtidos, avaliando-os e comparando-os com as metas delineadas para cada um dos Indicadores, de modo a verificar se estão a ser cumpridos. Caso se verifiquem desvios em relação às metas estabelecidas, são definidas estratégias alternativas, e delineados planos de melhoria, em colaboração com todos os Stakeholders.

## 12. DIVULGAÇÃO

A comunicação dos resultados da autoavaliação/monitorização é um dos aspetos MAIS importantes no ciclo de qualidade EQAVET. A divulgação dos resultados é sinónimo de transparência e impulsionadora da envolvência dos *stakeholders* de forma proativa na tomada de decisões e na abordagem à operacionalização da(s) mudança(s) a introduzir na EFP.

Para assegurar a divulgação dos resultados de avaliação relativos à melhoria contínua da EFP, a EPDFGA colocará ao seu dispor os seguintes mecanismos:



- ✓ Disponibilização do Projeto Educativo e dos seus documentos complementares, no site institucional;
- ✓ Em documento de fácil consulta na secretaria da escola, biblioteca e sala de professores.
- ✓ Apresentação das conclusões da autoavaliação no final de cada período letivo, nos Conselhos de Turma de avaliação, no final do ano letivo e por triénio;
- ✓ Organização de reuniões com os stakeholders internos e externos (pais/encarregados de educação, representantes das instituições de Acolhimento de FCT, Orientadores de FCT e de PAP) para analisar situações retiradas do exercício de autoavaliação/monitorização e para que estes possam não só partilhar os sucessos, mas também para se corresponsabilizarem pelas mudanças que são necessárias para melhorar a qualidade da EFP;
- ✓ Reuniões de Conselho Consultivo;
- ✓ Disponibilização de informação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) - Gestão da rede de oferta educativa e formativa e dos percursos educativos e formativos de jovens;
- ✓ Disponibilização de informação através do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI), Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) – Gestão da Informação e Produção de Estatísticas da Educação e Ensino Profissional para tomada de decisão.

### 13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <https://ec.europa.eu> (consultada em 23 de outubro de 2019)
- <http://www.eurocid.pt> (consultada em 23 de outubro de 2019)
- <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=b5b0dee9-a925-43d9-a29a-2c0f967cf66c> (consultada em 23 de outubro de 2019)
- [http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework\\_pt](http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework_pt) (consultada em 23 de outubro de 2019)
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (2016). Orientação Metodológica n.º 1 - Implementação de Sistemas de Garantia da Qualidade em linha com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET).
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (2016). Documento base – Nota N.º 1.



- Galvão, Maria Emília (2016). Garantia da qualidade nas modalidades de dupla certificação: um Guião para operadores de Educação e Formação Profissional. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
- Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a criação de um Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (2009)
- SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações NUTs II Algarve ([http://sanq.anqep.gov.pt/docs/Saidas\\_e\\_areas\\_Prioritarias\\_de\\_Qualificacao\\_2015\\_Algarve\\_N4\\_dez\\_2017.pdf](http://sanq.anqep.gov.pt/docs/Saidas_e_areas_Prioritarias_de_Qualificacao_2015_Algarve_N4_dez_2017.pdf))

## 14. APROVAÇÃO

Aprovado pelo Conselho de Direção



# ANEXOS

## **ANEXO 1 – Mapa de Objetivos, Indicadores e Metas**





Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	
		A 1 ano	A 3 anos
<b>OE1 - PROMOVER A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS E DO SUCESSO EDUCATIVO</b>			
<b>OO 1.1 - Combater o absentismo e o abandono escolar</b>	Taxa de absentismo	Reduzir para 30%, a taxa de absentismo	Reduzir para 20%, a taxa de absentismo
	Taxa de conclusão dos cursos de Educação e Formação Profissional (EFP) em relação ao ano de ingresso	Garantir uma taxa de conclusão dos cursos de EFP, em relação ao ano de ingresso de pelo menos 60%	Garantir uma taxa de conclusão dos cursos de EFP, em relação ao ano de ingresso de pelo menos 65%
	Taxa de conclusão dos cursos de EFP em relação ao número de alunos matriculados no 3º ano	Manter a taxa de conclusão dos cursos em relação ao número de alunos matriculados no 3º ano	
	Taxa de desistência global por ano letivo	Reduzir para 10% a Taxa de Desistência Global por ano letivo	Reduzir para 8% a Taxa de Desistência Global por ano letivo
	Taxa de Desistência no final do ciclo de formação	Reduzir para 30% a Taxa de Desistência no final do ciclo de formação	Reduzir para 25% a Taxa de Desistência no final do ciclo de formação
<b>OO 1.2 - Promover a melhoria dos resultados da aprendizagem</b>	Volume Geral de módulos em atraso no final do ano letivo	Reduzir para 12%, o volume geral de módulos em atraso no final do ano letivo	Reduzir para 10% o volume geral de módulos em atraso no final do ano letivo
	Percentagem de alunos com módulos em atraso no final do ano letivo	Reduzir para 12% a percentagem de alunos com módulos em atraso no final do ano letivo	Reduzir para 10% a percentagem de alunos com módulos em atraso no final do ano letivo
	Taxa de Sucesso da Classificação Final de Curso	Aumentar para 10% a Taxa de Sucesso da CFC respeitante ao parâmetro Muito Bom	Aumentar para 12% a Taxa de Sucesso da CFC respeitante ao parâmetro Muito Bom
	Nível de rendimento na Formação em Contexto de Trabalho (FCT)	Aumentar para 50% o nível de rendimento da FCT respeitante ao parâmetro Muito Bom	Aumentar para 55% o nível de rendimento da FCT respeitante ao parâmetro Muito Bom
	Nível de Rendimento da Prova de Aptidão Profissional (PAP)	Aumentar para 50% o nível de rendimento da PAP respeitante ao parâmetro Muito Bom	Aumentar para 55% o nível de rendimento da PAP respeitante ao parâmetro Muito Bom
	Número de atividades escola/comunidade escolar que promovam o envolvimento dos alunos na vida da escola	Aumentar em 2% o número de atividades escola/comunidade escolar que promovam o envolvimento dos alunos na vida da escola	Aumentar em 5% o número de atividades escola/comunidade escolar que promovam o envolvimento dos alunos na vida da escola
	Número de reuniões da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	Aumentar para 6 reuniões anuais da EMAEI	Aumentar para 8 reuniões anuais da EMAEI
<b>OO 1.3 - Promover a redução dos comportamentos de indisciplina</b>	Número de Registos de Ocorrência	Reduzir, em 10%, a taxa de ocorrências	Reduzir, em 20%, a taxa de ocorrências
	Número de Participações Disciplinares	Reduzir, em 3%, a taxa de participações disciplinares	Reduzir, em 5%, a taxa de participações disciplinares



Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	
		A 1 ano	A 3 anos
<b>OE2 - CONSTRUIR A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA</b>			
<b>OO 2.1 - Garantir um clima de escola propício ao processo de ensino aprendizagem</b>	Número de projetos interdisciplinares de escola	Realizar, pelo menos, 6 projetos interdisciplinares de escola	Realizar, pelo menos, 8 projetos interdisciplinares
	Número de alunos participantes nos projetos da escola	Garantir a participação de 90% dos alunos nos projetos da escola	Garantir a participação de 95% dos alunos nos projetos da escola
	Número de Assembleias de delegados de turma	Realizar, pelo menos, 3 Assembleias de delegados de turma/ano letivo	
<b>OO 2.2- Fomentar a Educação para a Cidadania</b>	Número de Atividades realizadas no âmbito do Projeto Transversal de Cidadania e Desenvolvimento	Implementar por turma/ano letivo 12 atividades no âmbito do Projeto Transversal de Cidadania e Desenvolvimento	
	Número de reuniões da Equipa Multidisciplinar para a Cidadania	Realizar 3 reuniões, uma por período letivo, da Equipa Multidisciplinar para a Cidadania	
<b>OO 2.3 - Fomentar a educação para a saúde</b>	Número de Sessões do Projeto Educação para a Saúde	Realizar, pelo menos 18 sessões, de Educação para a Saúde	
<b>OE3 - FOMENTAR UMA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DE QUALIDADE</b>			
Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	
		A 1 ano	A 3 anos
<b>OO 3.1 - Fomentar a melhoria da qualidade nos serviços, recursos e equipamentos</b>	Número de manutenções aos equipamentos informáticos	Realizar, pelo menos 3 vezes por ano, uma manutenção geral aos equipamentos informáticos	
	Número de ações de sensibilização para questões de segurança para toda a comunidade escolar	Realizar uma ação de sensibilização, para questões de segurança, por ano letivo, para toda a comunidade escolar para toda a comunidade escolar	
<b>OO 3.2 - Garantir uma correta organização dos processos pedagógicos</b>	Número de auditorias internas realizadas	Realizar 3 auditorias internas	Realizar 4 auditorias internas
	Número de Propostas e Relatórios de Atividades	Garantir que 100% das atividades realizadas estão consubstanciadas em Propostas e Relatórios	Garantir que 100% das atividades realizadas estão consubstanciadas em Propostas e Relatórios
	Número de Planificações modulares/UFCD's	Garantir 90% das planificações modulares/UFCD's entregues dentro do prazo	Garantir 100% das planificações modulares/UFCD's entregues dentro do prazo
<b>OO 3.3- Promover a imagem externa da escola</b>	Número de ações de divulgação da escola/oferta formativa por ano letivo	Realizar, pelo menos, 10 ações de divulgação, por ano letivo	
	Número de candidatos aos cursos de Educação e Formação Profissional	Aumentar para 50 o número de candidatos aos cursos de Educação e Formação Profissional	Aumentar para 60 o número de candidatos aos cursos de Educação e Formação Profissional
<b>OO 3.4 - Fomentar uma cultura de qualidade, responsabilidade e rigor entre os diferentes agentes educativos</b>	Número de docentes que participam em ações de formação	Aumentar, em 50%, a participação de docentes em ações de formação	Aumentar, em 60%, a participação de docentes em ações de formação
	Número de Relatórios de Avaliação Crítica de Desempenho dos docentes	Garantir 100% de Relatórios de Avaliação Crítica de Desempenho dos docentes entregues	
	Número de não docentes que participam em ações de formação	Aumentar, em 30%, a participação do pessoal docente em ações de formação	Aumentar, em 50%, a participação do pessoal docente em ações de formação



Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	
		A 1 ano	A 3 anos
<b>OE5 - ASSEGURAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS DIPLOMADOS</b>			
OO 5.1 - Melhorar a empregabilidade dos diplomados	Taxa de Colocação após conclusão dos cursos de EFP	Aumentar para 85% a taxa de colocação (no mercado de trabalho) após a conclusão dos cursos de EFP	Aumentar para 90% a taxa de colocação (no mercado de trabalho) após a conclusão dos cursos de EFP
	Percentagem de diplomados que completam um Curso de EFP e que trabalham em profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Formação	Aumentar para 65% os diplomados trabalham em profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Formação	Aumentar para 70% os diplomados trabalham em profissões diretamente relacionadas com o Curso/Área de Formação
	Número de protocolos e parcerias de colaboração de FCT	Aumentar o número de protocolos e parcerias de colaboração de FCT	
OO 5.2 - Favorecer a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho	Número de Sessões entre a escola e as entidades empregadoras	Garantir a realização de 2 sessões entre a escola e as entidades empregadoras	Garantir a realização de 3 sessões entre a escola e as entidades empregadoras
	Número de Sessões de técnicas de procura de emprego	Garantir a realização de 2 sessões de técnicas de procura de emprego	
	Percentagem de empregadores que estão satisfeitos com os diplomados que completaram um Curso de EFP	Garantir uma taxa de satisfação de 98% dos empregadores com os diplomados da escola que concluíram um curso de EFP	Garantir uma taxa de satisfação de 100% dos empregadores com os diplomados da escola que concluíram um curso de EFP
	Grau de satisfação das entidades de acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho	Garantir uma taxa de satisfação de 90% por parte das entidades de acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho	Garantir uma taxa de satisfação de 95% por parte das entidades de acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho
	Número de visitas de estudo a possíveis entidades empregadoras	Aumentar, em 10% o número de visitas de estudo a possíveis entidades empregadoras	Aumentar, em 15% o número de visitas de estudo a possíveis entidades empregadoras
OO 5.3- Desenvolver Projetos de Intervenção na comunidade escolar, local ou regional que fomentem o empreendedorismo	Percentagem de diplomados empreendedores	Aumentar, em 3% a percentagem de diplomados empreendedores	Aumentar, em 5% a percentagem de diplomados empreendedores
	Número de projetos de intervenção na comunidade	Realizar 4 projetos de intervenção na comunidade	Realizar 6 projetos de intervenção na comunidade
<b>OE6 - GARANTIR O ALINHAMENTO COM O SISTEMA DE QUALIDADE EQAVET</b>			
OO 6.1- Calendarizar as atividades e atribuir responsáveis	Plano de ação	Elaboração de um Plano de Ação anual	
OO 6.2- Reforçar o envolvimento dos stakeholders internos e	Número de Stakeholders	Aumentar o número de Stakeholders	
	Número de reuniões de Conselho Consultivo	Realizar 2 reuniões de conselho consultivo	
OO 6.3- Garantir a monitorização dos indicadores e análise de indicadores	Percentagem de Questionários respondidos pelos alunos	Garantir 90% de respostas	Garantir 95% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelos Pais/Encarregados de Educação	Garantir 50% de respostas	Garantir 75% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelos docentes	Garantir 70% de respostas	Garantir 80% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelos não docentes	Garantir 70% de respostas	Garantir 80% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelos alunos diplomados	Garantir 50% de respostas	Garantir 75% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelas Entidades de FCT	Garantir 75%, de respostas	Garantir 80% de respostas
	Percentagem de Questionários respondidos pelos parceiros	Garantir 50% de respostas	Garantir 75%, de respostas
	Percentagem de Diplomados avaliados pelas entidades empregadoras	Aumentar para 50% a percentagem de Diplomados avaliados pelas entidades empregadoras	Aumentar para 75% a percentagem de Diplomados avaliados pelas entidades empregadoras
OO 6.4- Definir a estratégia de Comunicação/divulgação necessários à implementação	Número de ações de divulgação do Sistema de Garantia da Qualidade EQAVET	Realizar 6 ações de divulgação do Sistema de Garantia da Qualidade EQAVET	
OO 6.5- Instruir o processo de Certificação EQAVET	Selo EQAVET	Atribuição do selo de conformidade EQAVET	



## **ANEXO 2 - Listagem dos stakeholders internos e externos**



Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidade	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Direção da Escola	Interno	Parcial	Decidir a implementação do Sistema de Avaliação da Qualidade Representar a Escola em quaisquer atos ou contratos, em juízo ou fora dele, podendo delegar a representação casuisticamente, em qualquer dos elementos do Conselho de Direção, em geral, ou para representação em juízo, em mandatário especial; Assegurar a ligação entre a Escola e os serviços do Estado; Presidir com voto de qualidade às reuniões de Conselho de Direção, do Conselho Administrativo e do Conselho Pedagógico; Participar nas reuniões de Conselho Pedagógico; Propor ao Conselho de Direção as medidas necessárias ou convenientes ao bom funcionamento da Escola; Promover a cooperação e coordenação entre todos os órgãos e serviços da Escola, Designar o Presidente do Conselho Pedagógico e o Chefe dos Serviços Administrativos; Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, dentro dos limites que forem fixados pela entidade proprietária da Escola.	Ao longo do processo	Convocatória e Ata da reunião
				Ao longo do ano letivo	Estatutos da EPDFGA  Pareceres  Despachos
Mesa Administrativa da SCMF	Interno	Parcial	Aprovar os Planos de Atividades e Relatórios de Avaliação do Plano Anual de Atividades e Estatutos da EPDFGA	Assembleias Gerais	Convocatória e Ata da reunião
Conselho de Direção	Interno	Total	Dirigir, orientar e coordenar as atividades e serviços da Escola de modo a imprimir-lhes unidade, continuidade e eficiência Dirigir e definir as tarefas e responsabilidades dos vários Controlar a execução das diversas etapas do Projeto Educativo	Ao longo do ano letivo	Convocatória e Ata da reunião; Comunicados; Pareceres; Estatutos da EPDFGA
				Na fase de implementação e ao	Convocatória e Ata da reunião Pareceres
				Ao longo do ano letivo e do ciclo de formação	Relatórios de Atividades
Conselho Administrativo	Interno	Parcial	Estabelecer e operacionaliza as normas de gestão administrativa, financeira e	Ao longo do ano letivo	Estatutos da EPDFGA Relatórios de atividade; Balanço de Contas
Conselho Pedagógico	Interno	Total	Dinamizar, controlar e avaliar toda a atividade pedagógica Discutir as metas e objetivos do Projeto Educativo Definir as metas e objetivos, do Projeto Educativo, a atingir Avaliar os resultados obtidos e rever as estratégias adotadas	Ao longo do ano letivo	Convocatórias e Atas das Reuniões
				Até 31 de julho	Convocatória e Ata da reunião
				Até 30 de outubro	
Conselho de Turma	Interno	Parcial	Propor os objetivos e metas para a turma Avaliar os resultados da turma Definir Plano Estratégico da turma	Em cada Período Letivo	Convocatória e Ata da reunião
				Reuniões de Avaliação	Convocatória e Ata da reunião
				No 1º período letivo	Plano Anual de Atividades



Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidade	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Alunos	Interno	Parcial	Responder aos diversos inquéritos aplicados	No 1º ano do Ciclo de Formação e no último	OTES Avaliação Professores
			Participar na elaboração do Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo da Escola	Reunião trimestral de delegados/subdelegados com Conselho Pedagógico	Convocatória e Ata da reunião
			Participar no Conselho Consultivo	Semestralmente	Convocatória e Ata da reunião
Coordenadores de Curso	Interno	Total	Participar no Conselho Pedagógico	Ao longo do ano letivo	Convocatória e Ata da reunião
			Acompanhar o desenvolvimento e concretização dos planos de formação, dos cursos, numa perspetiva inter e transdisciplinar, em articulação com a equipa pedagógica	Ao longo do ano letivo	Pasta de Coordenação de Curso; Convocatória e Ata da reunião
Orientadores Educativos de Turma	Interno	Total	Participar no Conselho Pedagógico da Escola	Ao longo do ano letivo	Convocatória e Ata da reunião
			Estabelecer o elo de Ligação entre a Escola e as Famílias	Ao longo do ano letivo	Convocatória e Ata da reunião de Pais e Encarregados de Educação; Registos de Contactos
			Acompanhar e orientar o aluno ao longo do processo de ensino e aprendizagem	Ao longo do ano letivo	Registos de Avaliação; Registos de Faltas; Registos de Ocorrência; Registos de Reuniões; Outros – Pasta de Orientação Educativa de Turma
Coordenadores de Formação em Contexto de Trabalho	Interno	Total	Participar no Conselho Pedagógico da Escola	Ao longo do ano letivo	Convocatória e Ata da reunião
			Promover a integração dos alunos, em estágio	No início dos estágios	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Protocolos de Colaboração de Estágio; Planos de Estágio
			Acompanhar e avaliar os alunos em estágio	Ao longo do período de estágio	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Protocolos de Colaboração de Estágio; Planos de Estágio; registos de Assiduidade e de Avaliação dos estágios
Orientadores de Provas de Aptidão Profissional e de Provas de Avaliação Final	Interno	Parcial	Garantir a orientação dos alunos na realização dos projetos das Provas de Aptidão Profissional	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Registos de reuniões de PAP
Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) “Espaço dos Afetos”	Interno	Parcial	Proporcionar o apoio psicopedagógico aos alunos	Ao longo do ano letivo	Registos do GAA; Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
			Realizar os PEI (Projeto Educativo Individual) e/ou Relatórios	Ao longo do ano letivo	Registos do GAA; Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades;
			Promover adequações pedagógicas a alunos com Medidas de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão em articulação com os professores	Ao longo do ano letivo	Registos do GAA; Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; GAA
Pessoal não Docente	Interno	Total	Garantir o funcionamento regular dos Serviços	Ao longo do ano letivo	
Ministério da Educação	Externo	Parcial	Garantir a tutela pedagógica da Escola	Fase das Candidaturas Pedagógicas; Ao longo do ano letivo	Candidatura Pedagógica SIGO
			Garantir o financiamento público dos cursos	Ao longo do ano letivo	Registos, Contactos Contrato Programa Candidatura Financeira



Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidade	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
ANQEP	Externo	Parcial	Garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de	Fase das Candidaturas Ao Longo do Ano Letivo	Candidatura Pedagógica SIGO; Registos, Contactos; Orientações escritas
ANESPO	Externo	Parcial	Apoiar a escola na promoção da qualidade do ensino, nomeadamente contribuindo para a definição de princípios de orientação pedagógica e de certificação profissional	Ao Longo do ano letivo	Registos/Orientações
			Assumir-se como interlocutor junto dos diversos Organismos, nomeadamente, Ministério da Educação e ANQEP	Ao Longo do ano letivo	Registos/Orientações
Pais e Encarregados de Educação	Externo	Parcial	Participar nas reuniões de abertura do ano letivo, com o/a Orientador/a Educativo/a de Turma (OET), para conhecimento do Projeto Educativo; Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades	Início do ano letivo	Convocatória e Atas das Reuniões
			Participar nas reuniões destinadas à informação da avaliação, assiduidade e comportamento, com a OET	No final de cada Período Letivo	Convocatórias e Atas das Reuniões
			Participar, através dos seus Representantes, nas reuniões	Semestralmente	Convocatórias e Atas das Reuniões
Autarquia	Externo	Parcial	Participar no Conselho Consultivo da Escola	Semestralmente	Convocatórias e Atas das Reuniões
			Emitir parecer sobre as necessidades de Oferta Formativa da Região	Na fase de elaboração das Candidaturas	Pareceres
			Apoiar no transporte dos alunos	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Juntas de Freguesia	Externo	Parcial	Auxiliar na logística de apoio a eventos culturais e/ou desportivos	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Entidades de Acolhimento de Estágio – Formação em Contexto de Trabalho	Externo	Parcial	Participar no Conselho Consultivo da Escola através dos seus Representantes	Semestralmente	Convocatórias e Atas das Reuniões
			Proporcionar a realização dos Estágios Curriculares	Período de realização dos Estágios	Protocolo de Colaboração; Plano de Estágio; Registos de Assiduidade e de Avaliação
			Participar na avaliação da qualidade da FCT e apresentar propostas de melhoria	Final do Estágio	Questionário de Satisfação
Entidades Empregadoras	Externo	Parcial	Proporcionar emprego aos diplomados	Após a conclusão dos cursos profissionais	Registos de empregabilidade; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
			Pronunciar acerca das competências adquiridas/preparação dos alunos e sugerir ações de melhoria	Ao longo do ano	Inquéritos de satisfação
IEFP	Externo	Parcial	Identificar as necessidades de trabalho com vista à colocação e progressão profissional dos diplomados no mercado de trabalho	Ao longo do ano letivo	Registos de Empregabilidade; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Media	Externo	Parcial	Divulgar a Oferta Formativa da Escola e das Atividades realizadas	Ao longo do ano letivo	Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Propostas e Relatórios de Atividades



Designação	Tipologia	Envolvimento	Responsabilidade	Momento de envolvimento	Evidências do envolvimento
Bombeiros Municipais de Faro	Externo	Parcial	Apoiar na execução dos Planos de Segurança e Plano de Emergência	Ao longo do ano letivo	Relatório de Avaliação do Plano Propostas e Relatórios de Atividades
			Promover sessões práticas de Primeiros Socorros		Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Propostas e Relatórios de Atividades
Centro de Saúde de Faro – ARS	Externo	Parcial	Promover o Projeto de Educação para a Saúde a todas as turmas da escola	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ	Externo	Parcial	Garantir o acompanhamento dos alunos sinalizados	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades
Escola Segura - PSP	Externo	Parcial	Garantir a segurança interna e externa dos alunos e sua formação	Ao longo do ano letivo	Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades; Registos de contactos estabelecidos
			Promover sessões de sensibilização		Plano Anual de Atividades; Relatório de Avaliação do Plano Anual de Atividades